

## **Relatório de atividades do grupo de trabalho sobre a repressão no campo no estado de são paulo, 1946-1988.**

Ivan Akselrud de Seixas, Clifford Andrew Welch, Danilo Valentin Pereira, Gabriel da Silva Teixeira, Leonilde Servolo de Medeiros, Luciana Carvalho e Souza, Maria Aparecida dos Santos, Osvaldo Aly Júnior, Pietra Cepero Rua, Rafael Aroni, Yamila Goldfarb.

### **Sumário**

#### **Contextualização geo-histórica das violações no campo no período 1946-1988**

**Região Administrativa de Araçatuba**

**Região Administrativa de Bauru**

**Região Administrativa de Campinas**

**Região Administrativa de Marília**

**Região Administrativa de Presidente Prudente**

**Região Administrativa de Registro**

**Região Administrativa de Ribeirão Preto**

**Região Administrativa de São José dos Campos**

**Região Administrativa de São José do Rio Preto**

**Região Administrativa de Sorocaba**

--

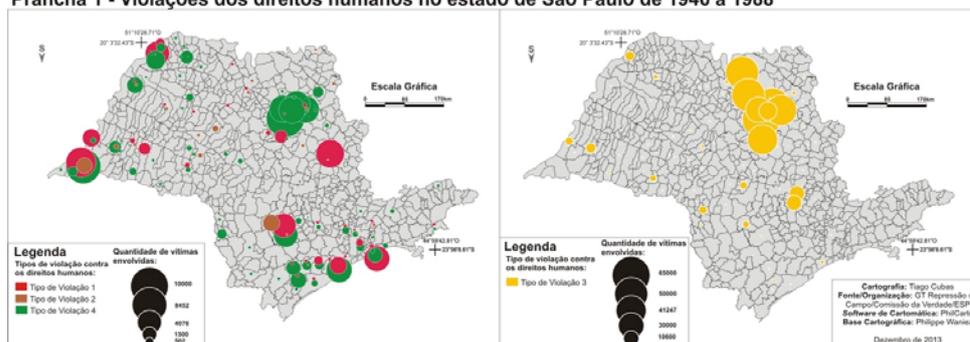
#### **Contextualização geohistórica das violações no campo no período 1946-1988**

Sede de importantes organizações da classe dominante do campo, tais como a Sociedade Rural Brasileira, o Estado de São Paulo foi também palco da resistência camponesa, aumentando e diversificando as tensões no campo até os dias atuais. O alto nível de conflitos provocou pesquisadores a investigar várias violações de direitos humanos, criando uma base tão rica em casos emblemáticos que, no contexto do movimento em volta da sua

documentação para as comissões da verdade, a Comissão da Verdade “Rubens Paiva” da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo formou um Grupo de Trabalho para produzir uma radiografia. Utilizando as ferramentas também da geografia, parte de seu relatório foi apresentado numa audiência pública em 16 de dezembro de 2013.

A pesquisa contribuiu para mostrar certos padrões de violações e ajudou na elaboração de interpretações geográficas e históricas sobre o campesinato no contexto do golpe. Ajudou gerar dados para contextualizar a ditadura a opção do grupo em levantar dados para um período maior do que o definido pela comissão da verdade estadual. Ao longo do período, foram apurados 465 eventos de violações, envolvendo mais de 300 mil camponeses. Embora as violações tenham ocorrido em todo território do estado, a grande maioria foi concentrada em três microrregiões (ver Prancha 1). Estas são o litoral (com destaque para o vale do Rio Ribeira e o caminho da estrada Rio-Santos), o nordeste (com destaque para a Alta Mogiana, com sede em Ribeirão Preto) e a fronteira ao extremo oeste do estado (com destaque para o Pontal do Paranapanema).

Prancha 1 - Violações dos direitos humanos no estado de São Paulo de 1946 à 1988



Além de indicar as regiões das violações, os mapas foram organizados segundo as tipologias de violações. Ao critério de “grave” faltou abrangência suficiente para permitir a inclusão da variedade de violações encontradas em nossa pesquisa. Na prática da CNV, “grave” veio a significar assassinato ou desaparecimento, mas no campo milhares de trabalhadores também sofreram violações sérias de seus direitos humanos na forma de trabalho

escravo, superexploração (que também provocaria a morte), repressão de seus direitos políticos e de associação livre, bem como uma tendência brutal a interferir em sua vida privada, especialmente em seu direito à habitação e ao emprego, com a destruição de suas casas, lavouras e animais. Resolvemos levantar o sentido dos direitos humanos especificado na declaração universal, para desenvolver tipologias mais relevantes para analisar a experiência do campesinato paulista no período. A subdivisão de quatro tipos de violações ficou assim:

- 1) Violência *contra a pessoa* (ex. assassinato/ameaça de morte/ferimento/intimidação/tortura/desaparecimento);
- 2) Violação do *direito à liberdade* (ex. cassação/suspensão de direitos políticos/trabalho escravo/deslocamento forçado ou perigoso/migração enganosa/prisão);
- 3) Violação dos *direitos trabalhistas* (ex. associação livre para formar ou integrar em sindicato impedida / superexploração sistemática - dívidas injustas - não pagamento - transporte precário ou perigoso);
- 4) Violação do *direito a não interferência na vida privada*, da sua família e no seu lar (Artigo XII - *direito a habitação*); a ser privado de seu bem estar (Art. XIII - liberdade de movimento / Art. XXIII - *direito ao emprego* - direito a salário justo) e de sua propriedade (Art. XXV - ex. despejo/expulsão das terras/destruição das lavouras, pertences/incêndios). (Ênfase nossa; artigos indicados são da declaração universal da ONU).

Nessa lista, o primeiro tipo foi reservado para os casos de graves violações, no sentido definido pelas comissões: assassinato, tortura, ferimentos corporais, desaparecimento resolvido ou não, ameaças sérias, tudo que for violência contra pessoas, violências geralmente praticadas pelo Estado ou classes dominantes para intimidar e reprimir ou eliminar indivíduos ou grupos, tais como militantes, sindicalistas e movimentos camponeses. Dada a natureza criminal deste tipo, a preocupação dos responsáveis foi garantir que tais atividades ficassem escondidas, o grupo desconfiou da sua

capacidade e êxito em completar a tarefa, principalmente no período da ditadura. Consideramos o segundo tipo “grave,” também, por ter como objetivo a exploração descontrolada do campesinato, ou pelo trabalho forçado ou pela repressão de sua capacidade se defender livremente.

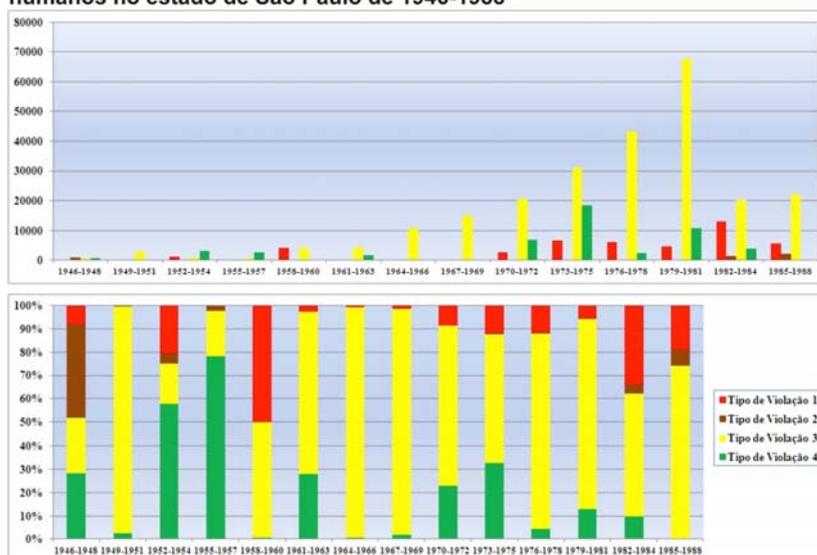
A integração do tipo 3 permitiu a expressão de uma situação importante para entender a História Social do Campo. Na Prancha 1, no mapa abaixo, os casos do tipo 3 estão representados em separado dos outros tipos de violações, em parte por motivos visuais. Quer dizer, o número de camponeses que sofreram violações de seus direitos trabalhistas é tão maior que os outros tipos que sua inclusão necessariamente demandaria que fossem diminuídos os tamanhos das bolinhas de representação dos outros tipos, até o ponto de causar o desaparecimento dos casos menos numerosos mas não menos importantes, como as mortes do tipo 1.

O cálculo do tipo 3 foi especialmente importante para entender melhor a História Social do Campo no contexto da ditadura, porque um dos temas mais peculiares dos conflitos no campo era a situação legal dos camponeses, seus direitos trabalhistas e/ou a proteção da posse da terra. Em São Paulo, o golpe tinha o apoio da classe dominante, especialmente da elite rural. Intransigentes, eles se posicionavam contra os avanços dos camponeses frente aos conjuntos de leis do início dos anos 1960, como o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), SUPRA, CONTAG, a Revisão Agrária e a proposta de emenda constitucional para facilitar a comprar e redistribuição de terras sem função social.

O quarto tipo definido, representado pela cor verde na Prancha 1, foi importante ser incluído no levantamento. Foram contemplados neste tipo as intervenções mais íntimas e perversas da História Social do Campo, que são as invasões nos lares e posses dos camponeses, derrubando suas casas, aterrorizando suas crianças, destruindo seus poucos pertences, quebrando seus instrumentos de trabalho, matando seus animais, queimando suas estruturas simples e ainda liquidando suas plantações. Se os “graves” casos estivessem limitados aos assassinatos, estaria perdida para a história uma categoria de violações que julgamos graves, não apenas pelas experiências brutais sofridas pelos camponeses, mas pela quantidade e amplitude da distribuição deste grupo de violações.

Nesse sentido, observa-se fundamentalmente uma luta feroz pela concentração da terra na região do estado de São Paulo durante todo o período. Em cada episódio de conflito, um fazendeiro ou empresário empregou seus jagunços para “limpar” terras geralmente devolutas, e assim griladas, expulsando os trabalhadores e trabalhadoras que já haviam feito todo o esforço para derrubar a mata e preparar o solo. No mínimo, essas ações deveriam ser consideradas um tipo de roubo. Mas, se a terra fosse interpretada como fonte principal da vida do campesinato, a expulsão dela deveria ser considerada equivalente a um massacre, uma vez que prejudicou o sustento não só de um indivíduo, mas geralmente de uma família inteira e até mesmo uma comunidade de famílias. Em nossa avaliação, violações do tipo 4 são até as mais importantes a serem resgatadas que os do tipo 1.

**Figura 1 - Quantidade de vítimas envolvidas em tipos de violação aos direitos humanos no estado de São Paulo de 1946-1988**



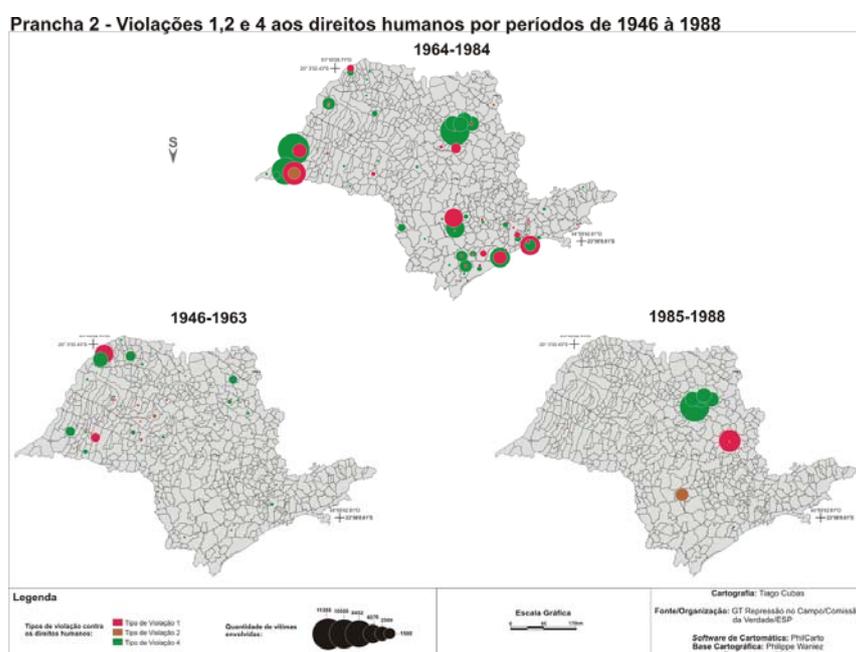
Fonte: GT Repressão no Campo/Comissão da Verdade/ESP Org. Tiago Cubas e Cliff Welch

A relação entre o número de vítimas dos quatro tipos de violações e o tempo é representada no gráfico de barras (ver Figura 1). Dividimos os 42 anos do período 1946 a 1988 em 14 blocos menores, de três anos cada, para tentar expressar o fluxo da relação. Utilizando as mesmas cores para cada tipo, a expressão dos dados em forma de barras consegue ser mais enfática com a predominância da cor amarela da importância das questões trabalhistas no campo no período.

O gráfico superior da Figura 1 mostra um crescimento dramático no número de violações no contexto da ditadura, especialmente nos anos da abertura, um resultado esperado da pesquisa, considerando os efeitos globais do movimento do “novo sindicalismo” da época. Associado à mobilização, encontramos um aumento também nas mais violentas violações, representado pela cor vermelha. Os altos e baixos índices mostrados pela cor verde expressam as violações dos direitos humanos a privacidade, emprego e moradia. Fatores que foram consequências dos mega projetos orquestrados da ditadura. Entre eles estão a construção de barragens para a geração de energia nas novas usinas hidroelétricas e o Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool). O decreto que estabeleceu o Pró-Alcool é de 1975, e nos anos anteriores os fazendeiros e usineiros de São Paulo estavam já engajados no planejamento da política e construção de Complexos Agro-Industriais (CAIs), protagonizando assim uma onda de concentração de terras para garantir a produção adequada de cana-de-açúcar para suas destilarias de etanol. “Concentração” é praticamente um eufemismo para a expulsão brutal dos camponeses de suas posses. O gráfico inferior da figura ajuda a visualizar a relação entre o número de vítimas dos quatro tipos de violações em cada bloco de três anos durante o período maior.

Tudo indica que a realização de novas pesquisas tenderia a aumentar essas estatísticas, especialmente no período da ditadura. Por um lado, de 1946 até o golpe, a imprensa alternativa de esquerda foi bastante animada e deu destaque à questão agrária e aos movimentos sociais do campo. O PCB, que foi quase hegemônico sobre os movimentos trabalhistas na cidade e no campo, publicou durante a maioria deste período um jornal – *Terra Livre* – dedicado à questão agrária e à organização dos trabalhadores rurais. Outros jornais comunistas, como *Novos Rumos* e *Notícias de Hoje*, deram atenção à violência dos latifundiários. Este período democrático também viu uma atenção maior às questões sociais nas publicações da classe dominante, como nas da Sociedade Rural Brasileira. A Igreja Católica e os líderes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), institucionalizado por Getúlio Vargas, também deram destaque à situação rural em jornais como *Diário de Notícias* (Ribeirão Preto) e o *Última Hora* (Rio e São Paulo). São várias as pesquisas realizadas sobre a época no estado de São Paulo.

Por outro lado, até agora, são poucas as pesquisas históricas realizadas sobre a questão no contexto da ditadura. A fragmentação das esquerdas, a repressão e a censura à imprensa dificultam a pesquisa da História Social do Campo desta época. A disponibilidade de documentos oficiais, especialmente judiciais, ainda é mais limitada para o período da ditadura, devido a questões políticas e sua proximidade temporal. Nestas circunstâncias, a única vantagem da ditadura sobre o período anterior é sua pujança para a história oral, considerando a mortalidade de quem já era adulto antes do golpe.



Apesar das limitações da pesquisa, foi possível confirmar uma significativa intensificação dos conflitos no campo paulista durante a ditadura. A Prancha 2 destaca a localização e o número de violações em três períodos históricos entre 1946 e 1988 (as violações das leis trabalhistas foram excluídas para permitir uma melhor visualização dos demais tipos). Fica ainda mais evidente neste recorte dos dados levantados um crescimento dramático nas violações aos direitos humanos dos camponeses nos anos da ditadura. Assim a opção política da Comissão Nacional da Verdade de levantar dados sobre um período maior que a ditadura –1946 a 1988 – acaba por confirmar o senso comum sobre a deterioração da situação dos

trabalhadores rurais e seus direitos sob o governo autoritário dos militares e seus aliados na burguesia.

Ainda examinando a Prancha 2, é possível identificar um claro vínculo entre as frentes de “modernização conservadora” em São Paulo e o crescimento das violações. O conceito de “modernização conservadora”, desenvolvido pelo sociólogo Barrington Moore, foi aplicado ao modelo de desenvolvimento econômico implementado pela ditadura, especialmente no campo, onde a combinação entre o regime militar, a burguesia e os terratenentes funcionou para reforçar o controle da oligarquia rural sobre os camponeses, trabalhadores rurais ou pequenos agricultores familiares. Como foi indicado na discussão da Figura 1, o “outro lado” dos mega projetos do período foi o sofrimento causado a milhares de pessoas pelo êxodo rural. Pelas próprias manchas no mapa, é possível reconhecer a relação entre a repressão e a construção de barragens na região do Pontal do Paranapanema e no Rio Paraná, a concentração de terras e industrialização nos CAIs do Pró-Álcool na bacia da Mogiana em volta de Ribeirão Preto e a luta pela terra provocada pela construção da estrada Rio-Santos e a valorização imobiliária do litoral paulista.

Durante a audiência pública de 16 de dezembro de 2013 foram selecionados e apresentados cinco casos que ilustrassem a experiência camponesa no estado frente aos diferentes tipos de repressão. Assim, os casos apresentados envolveram violações de cada tipologia e revelaram detalhes sobre a natureza dos conflitos nos “pontos quentes” do Pontal, litoral, fronteira noroeste e na região de Ribeirão Preto.

No caso do Pontal do Paranapanema, foi possível levantar violações aos direitos pessoais, políticos e trabalhistas dos tipos 1 e 2 com o exemplo da repressão pela polícia de tentativas de formar uma liga camponesa em Santo Anastácio entre 1946 e 1949. A pessoa mais integrada ao processo foi Nestor Vera, um militante do PCB que se dedicou à luta camponesa desde então até o final de sua vida em 1975, quando foi torturado e assassinado pelo DEOPS em Minas Gerais.

Um caso de 1959 a 1960, na região do município de Santa Fé do Sul, na fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul, permitiu expor o grupo de violações indicado na tipologia 4. Neste conflito, 800 famílias de camponeses

foram despejadas de seus lotes sem qualquer compensação. Anos de trabalho no preparo da terra, plantio de diversas culturas e construção de casas e armazéns foram totalmente destruídos com o apoio do então governador Carvalho Pinto. O conflito chamou a atenção nacional quando houve o atentado contra seu líder Jôfre Corrêa Netto.

No final dos anos 1960, o Pontal voltou ser palco de um caso emblemático de despejo similar ao caso de Santa Fé do Sul. Desta vez, 400 famílias camponesas lutaram para resistir na Gleba Santa Rita, em Euclides da Cunha Paulista, com a ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio. Além dos camponeses, estavam envolvidos o sindicato e os latifundiários, a polícia militar, interventores estaduais e o promotor. O conflito continuou esporadicamente até 1986, com a desistência de várias famílias e a integração de outras. Realizaram-se ocupações de terras, processos para documentar grilagem, negociações com políticos, até que a intervenção federal e da Comissão Pastoral da Terra finalmente pacificou os ânimos com o estabelecimento de um projeto de reforma agrária.

No litoral sul, no período de 1972 a 1976, uma associação composta por 360 famílias camponesas foi reprimida no contexto de um prolongado conflito com imobiliários, apoiado pela polícia militar. Produtores de palmito, os camponeses foram expulsos de uma área de mais que 3 mil hectares, destruindo seus pertences sem nenhuma indenização. Inclusive, sofreram espancamento e prisões nas mãos dos policiais. Na região de Leme, em 1986, duas pessoas foram assassinadas pela polícia militar durante uma greve de cortadores de cana que reivindicavam a aplicação das leis trabalhistas nas fazendas de cana-de-açúcar que se espalhavam pelo Brasil a partir de 1979.

Necessariamente breve, nosso resumo dos casos emblemáticos apresentados na audiência talvez permita sentir um pouco do drama humana no campo paulista durante o período da Ditadura. É importante dizer que a seleção de cinco casos significa a exclusão de centenas de outras histórias de lutas e pessoas não menos valiosas e tão merecidas de estudo quanto as que foram escolhidas. De fato, cada caso, cada pessoa tem direito a uma investigação profunda, bem como a avaliação das reparações apropriadas para alcançar os objetivos implícitos deste processo nacional de busca da

verdade e da justiça. Se a intenção é contribuir para a construção de um Brasil onde as atrocidades da ditadura não se repitam no futuro, não existe caso que não seja emblemático, quer dizer, fundamentalmente todos deveriam ser apurados e resolvidos de modo a garantir a dignidade da vida humana de todos.

No sentido agridoce apresentado na introdução, é óbvio como foi amarga a repressão iniciada até antes do golpe de 1964 e que só se intensificou nas décadas da ditadura. Percebemos, contudo, algumas tendências que ficaram apagadas pelas interpretações que enfatizaram a repressão e, assim, criaram a suposição da não existência de resistência até os anos 1980. Para aceitar isso, era necessário aceitar um conceito aquém do “fim da história.” Talvez por isso também, os historiadores não dessem atenção a história social do campo contemporâneo. O que nos permitiu perceber é justamente como a história não parou, e sim acelerou. Vários militantes do período democrático não desistiram de agir. Temos como exemplos Irineu Luís de Moraes, Mario Bugliani e Nestor Vera. O movimento sindical camponês cresceu dramaticamente, levantando bandeiras de luta pela reforma agrária e a aplicação das leis trabalhistas, como exemplificam os casos da Gleba Santa Rita e a greve de Leme. Os próprios gráficos dão testemunho de que a luta camponesa continua crescente desde a época da ditadura. Estes indícios da consciência da classe trabalhadora é o doce do agridoce. Na verdade, o trabalho de contar a história social do campo da era da ditadura ainda está em sua infância.

**Fontes:**

BASTOS, Elide Rugai; CHAIA, Vera; FERRANTE, Vera Lúcia Botta. “As lutas sociais no campo no estado de São Paulo - 1964 a 1981 - Relatório de pesquisa de 1982 a 1983,” 3 vol. CEDIC/PUC-São Paulo, 1983.

COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

D’INCAO, Maria Conceição. *O “Bóia-Fria”: Acumulação e miséria*. 8ª edição, Petrópolis: Vozes, 1975.

LOPEZ, Juarez Rubens Brandão. *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

PIRES, Áurea Moretti. Entrevistada por Clifford Andrew Welch. Ribeirão Preto, 11 jun. 1997.

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento camponês, 1924-1964*. Tradução: Melissa Fortes e Andrei Cunha. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 287-289.

## REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ARAÇATUBA

### Grilagem de terras, conflitos e convivência do Estado em Andradina

Assim como em outras partes do Estado de São Paulo, no município de Andradina, famílias de posseiros enfrentaram a violência de grileiros de terra. No caso, a família Abdalla, responsável pela apropriação indevida de terras devolutas, passou a contratar jagunços para controlar os posseiros (obrigando-os a pagar renda) e a soltar o gado nas lavouras dos moradores posseiros (FERNANDES, 1996).

Os camponeses se organizaram e solicitaram intervenção judicial no Fórum da Comarca de Andradina e se aproximaram do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município (FETAESP) e da Comissão de Justiça e Paz, esta, em grande parte formada por membros da Igreja Católica. A Igreja, a partir de então, passou a ter um papel fundamental na continuidade da organização dos camponeses posseiros. Interessante notar que os relatos sobre a violência contra os camponeses por parte da família Abdalla se tornam constantes a partir de 1965.

Aqui, a metade era gado, a outra parte a gente plantava roça; um plantava num canto, outro plantava noutra parte, mas no meio tinha pasto. Aí eles começaram a pressionar a gente: aí de 65 pra frente, até 70 ponhava o gado, fazia que a cerca tinha quebrado, mas não era a cerca que tinha quebrado não; a altas horas da noite os empregados iam lá e cortava o arame, quando amanhecia o dia, tava lá o estrago [...]. (depoimento de Valdeci Rodrigues de Oliveira. In Micheletto, 2003:83).

René Parren, à época padre na Diocese de Lins, recorda alguns episódios vinculados à fazenda Primavera.

Então assim, foi ali que na Fazenda Primavera vieram famílias lá do Norte, do Nordeste. Todas as famílias que moravam ali naquela fazenda e já vinham, a partir de 1926, 1927, por aí, as primeiras famílias que chegavam aí lá do Norte tocadas pela fome, pela seca e tudo e vieram então para aquela região se instalar naquelas terras da Fazenda Primavera a partir de 1925. Mas também a partir daquela época já se tem notícia de disputa pelas terras da Fazenda Primavera. Por exemplo, em 1946, consta nos arquivos, nos processos, que agrimensores foram brutalmente agredidos por pessoas no processo de divisão daquelas terras da Fazenda Moinho, daquela região. Então já mostrava o atrito, o conflito por causa da terra ali naquela época (COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”, 2013).

René também retratou, em audiência pública da Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, a forma utilizada pelos jagunços dos Abdalla para extorquir os camponeses.

A pressão da família Abdalla desde aquela época foi muito grande. Ele então foi tratando essas famílias como parceleiros. Eles tinham que pagar, vamos dizer assim, a renda da produção e foi encaminhado por ele, tudo controlado por ele, pela família Abdalla. E depois as famílias, por outro lado, foram também esperneando também, resistindo diante desse processo, negando-se a pagar esta extorsão da riqueza que eles produziam (idem).

Segundo o depoimento, já em 1963 os camponeses organizaram uma passeata como forma de tornar pública a situação das famílias na fazenda. Pouca providência foi tomada pelos poderes públicos locais, estaduais e nacionais. Abdalla também continuaria com as técnicas de ameaça, desmobilização e depredação do patrimônio dos camponeses.

No final, indo mais pra frente, ela buscava gado lá em Mato Grosso, milhares de cabeça de boi, a família Abdalla e colocava lá para engordar esses bois. E esses bois entravam nas roças do pessoal, pulavam a cerca, quebravam as cercas; jagunços para controlar isso, os administradores da fazenda. Então se tornou um inferno na Fazenda Primavera. As famílias, incomodadas com essa situação foram procurando ajuda de várias pessoas. Na questão jurídica, eles apanharam muito porque os advogados da praça, lá da região... Eles tinham procurado um monte de advogados mas no fim, todo mundo com rabo preso e não resolvia nada, ficava tudo na mesma. Depois eles procuraram outras ajudas também, por exemplo, na Fetaesp do estado de São Paulo. Isso foi no final dos anos 1970. Chegaram em São Paulo, o próprio presidente da

Federação falava para eles: “olha, seu Manoel e fulano de tal, isso é muito perigoso, mexer com essas coisas aí, é melhor largar de lado isso aí porque senão pode sobrar para vocês pior”. E assim foi (idem).

O conflito na fazenda se tornou insuportável. Houve perseguição em cima das roças do pessoal, queimada de casas; eles colocaram, no final, guaritas na saída da fazenda para controlar o trânsito das pessoas, para controlar a questão da renda da produção também...

Diante do quadro de intimidações, agressões, violências e de omissão dos órgãos públicos frente aos constantes casos de intimidação na Fazenda Primavera, a Igreja decidiu participar mais intensamente na organização e no apoio aos camponeses. Segundo René a primeira coisa era organizar as famílias. O trabalho de base consistia em “tirar o medo das famílias”, porque

[...] estava dentre todos eles aquilo que aconteceu numa outra fazenda lá em Castilho, onde no passado também teve um despejo violento” (idem). Correu muito sangue ali. Lá na Fazenda Cafeeira foram despejadas muitas famílias e podia acontecer a mesma coisa lá na Fazenda Primavera, então eles estavam com muito medo. Primeira coisa então era um trabalho de base, falar com as famílias, com as lideranças e organizar esse pessoal.

O trabalho da equipe pastoral foi decisivo, embora não tenha deixado de haver repressão e perseguição às lideranças, como nos conta René Parren:

Tudo isso o pessoal teve que enfrentar, os trabalhadores. Grandes manifestações e denúncia. Referindo-me então mais à questão da época, que estava dizendo, era muito controlado, porque a ditadura militar [...] fez de tudo para acabar com o movimento social. E lá nós também sentimos isso [...]. O bispo, num certo momento também esteve lá em Andradina, teve uma grande assembleia, ele tomou posição também em favor da causa demonstrando solidariedade à questão. E teve outras coisas que aconteceram. Numa celebração dominical um companheiro foi interrompido pelo delegado na hora de abordar a questão da Fazenda Primavera, das injustiças que os trabalhadores estavam enfrentando ali, etc. Então isso é um pouco da época...

Isto que é importante colocar também: que nós sentimos muito a questão, na época, da perseguição da ditadura militar. A gente trabalhava na pastoral também, eu pessoalmente me lembro muito bem ainda que nos domingos todo mundo tinha lá... O delegado ia lá na igreja assistir a missa com seu gravador ao lado dele. Então eu tinha que medir as palavras mas por outro lado eu não queria esconder as coisas. Então a gente usava a pastoral, o evangelho e tudo, dentro da linha da libertação, para dar o recado, para ser coerente com as coisas, mas a gente sentiu isso, o controle da coisa. E mesmo lá fora também nós sentimos; boatos de perseguição, de prisão e tudo em relação à gente também. Então

isso estava muito presente lá. E para os trabalhadores a gente tinha que falar nas igrejas: “olha, companheiros, vamos falar com muito cuidado porque o clima em volta de nós não é sempre assim de segurança para a gente, então cuidado com aquilo que a gente fala, cautela nessas coisas”. E assim nós fomos levando (idem).

O mesmo tipo de violência se repetiu na Fazenda Jacilândia, localizada no município de Meridiano. Essa se encontrava em uma área que pertencia à Cia. Araraquarense de Estrada de Ferro nos anos 1950. Nessa década, um enorme número de camponeses, mais particularmente da Bahia, migrava para o oeste paulista, seja para trabalhar nas fazendas de café, seja para ocupar as áreas livres mais ao oeste. Um destes grupos se instalou na Fazenda Jacilândia, à época subutilizada, conforme descreve Bombardi (2005).

Logo enfrentaram a truculência de jagunços no processo de grilagem da área. A área tornou-se foco de conflitos e violência. O grupo de camponeses resistiu na terra até que a Lei de Revisão Agrária, de 1960, foi implementada na área. No entanto, tal implementação só se deu na década de 1970. Conforme Bombardi (2005), durante o processo de regularização da posse, os camponeses tiveram de enfrentar a prevaricação efetuada pelo agrônomo responsável por assentá-los, o que resultou em novos conflitos visando a permanência na terra.

### **Fontes:**

BOMBARDI, L. M. Campesinato, luta de classe e reforma agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo), Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo. 2005

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

COMISSÃO DA VERDADE RUBENS PAIVA. Audiência Pública sobre a repressão no campo no Estado de São Paulo. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, dezembro de 2013.

MICHELETTO, S. R. A. Forjar da terra o milagre do pão: assentamento Timboré – Andradina/SP. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

### **Prisão e tortura de Antônio José do Carmo**

Em 1976, no município de Andradina, um jovem de 18 anos, Antônio José do Carmo, coordenador do Grupo de Jovens da Comunidade São Paulo, vinculado à Igreja Católica do município de Andradina, é preso e espancado na delegacia. A causa de sua prisão fora uma redação escolar escrita por outra integrante de grupo de jovens na qual defendera a reforma agrária. Ao ser indagada sobre sua posição pela professora, a jovem explicou que isso vinha de uma discussão feita na Igreja, dentro do grupo de jovens. A professora então encaminha a redação à polícia, que vai atrás do então coordenador, mais conhecido como Toninho do Carmo.

Antônio relata que a partir desse episódio passou muitos anos atordoado, como medo da polícia, passando também a fumar e se embriagar. Toninho do Carmo ainda se recente por nunca ter recebido indenização moral pelo que passou.

René Parren, em depoimento à Comissão da Verdade “Rubens Paiva” (2013), ofereceu detalhes sobre o episódio:

Eu me lembro, também nesta época, que tinha um grupo de jovens lá na paróquia e uma moça lá na escola, ela se chama Lourdes de Souza; naquela época, no começo dos anos 1980, ela escreveu uma redação na escola. E ela escreveu assim: “a reforma agrária é preciso” Aí a professora pegou aquela redação e estranhou; perguntou para a Lourdes: “escute, de onde você tem essa história aí da reforma agrária?” ela falou assim: “bom, isso é do meu namorado”. “E de onde é esse namorado?”, “Esse namorado é lá do grupo de jovens Jucosp”, Juventude Unida da Comunidade São Paulo. E então a coisa foi, foi, foi... E logo depois, ele se chama Toninho, o rapaz, o namorado; ele foi preso. Ele foi preso ao meio-dia, mais ou menos, e foi espancado, ameaçado de morte. E ele nem sabia direito o que era comunismo. Naquele tempo... Mas por outro lado ele pensava: “se é para dividir as coisas... É uma coisa boa”, ele pensava. Mas entrou na relação. Aí as famílias da comunidade toda se juntaram em frente da delegacia e protestaram. Foi escrita uma carta para o bispo de Lins, Dom Pedro Paulo Koop; e ele, por coincidência, estava em Itaici, na Conferência Nacional dos Bispos. Então o bispo tomou conhecimento disso e também tomou posição. Como sempre, a diocese também apoiou naquela época a questão. E ele diz assim:

“se não soltar, resolver esse problema aí, eu vou denunciar em nível nacional o que está acontecendo aí”. E assim voltaram atrás (idem).

Segundo René, além das sequelas e traumas deixados em Toninho pela agressão e repressão policial, Lourdes, a menina que fez a redação, também ficou muito traumatizada, tentando se suicidar logo em seguida do episódio de prisão e tortura de seu companheiro.

Ela ficou tão chocada com essa questão toda, essa perseguição, que ela queria até se acabar. Então é uma questão que mostra muito bem o conflito que nós sofremos, a perseguição naquela época em cima da luta dos trabalhadores. E então assim a coisa foi. Mas é isso (idem).

**Fonte:**

COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. Audiência Pública sobre a repressão no campo no Estado de São Paulo. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, dezembro de 2013.

**Espionagem e delação do SNI: Concílio de Jovens de 1979**

Muitos foram os religiosos que lutaram contra a ditadura militar no interior do Estado de São Paulo. De forma geral, grande parte dos opositores ao regime foram constantemente observados e intimidados pela ditadura. Não raro são os relatos de agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI) em encontros de pastorais, de grupos de jovens ou mesmo missas.

O Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), idealizado pelo padre José Vanin, tinha como objetivo inicial dar assistência aos moradores carentes do bairro Pereira Jordão, em Andradina, localidade de sua sede, e percorria por meio de seus agentes, todas as adjacências. Mais tarde, em 1976, estendeu suas atividades para todos os bairros da cidade de Andradina, sendo onze no total. No mesmo ano, o IAJE é marcado pela chegada de Giancarlo Oliveri, padre com idéias transformadoras e progressistas baseadas na Teologia da Libertação.

O IAJES passa a se aliar às CEBs, lutando por vários anos e contando com o apoio de personagens importantes da história política recente, como Leonardo Boff, Frei Betto, Oscar Beozzo, Dom Pedro Paulo Koop. Assim como em outras regiões do Estado, a presença de espiões do SNI marcava as atividades do IAJES como conta Maria Isabel Prates Oliveri em entrevista a Brentan (2009):

[...] a diocese de Lins-SP estava fazendo aniversário e conseguiu, nessa época da ditadura militar, reunir três mil jovens. Então vieram três mil jovens para Diocese de Lins, embora hoje a diocese esteja dividida e Andradina-SP pertence-se à Araçatuba, naquela época Andradina pertencia à diocese de Lins. E os jovens vinham para Andradina por que nós éramos famosos por conta dessas situações todas de conseguir colocar o povo na câmara municipal, conseguia botar a população na rua, e conseguia fazer uma série de coisas, então eles queriam vir, e vieram uns quatrocentos e cinquenta jovens para Andradina. Lógico que dentro desses três mil jovens vieram os espiões da época, que eram do SNI (Serviço Nacional de Informações), foi muito interessante por que os jovens que vieram para Andradina, nós, dividimos eles para irem aos bairros, e em cada salão comunitário nós colocamos cinquenta, e cada um de nós da equipe ficamos responsáveis por esses grupos, e em cada grupo nós fomos identificando os espiões do SNI. Aí, um dia, nós juntamos todos os grupos e conseguimos fazer uma dinâmica que agente colocou todos os suspeitos juntos [num mesmo grupo], eles se suspeitavam de si mesmos e nenhum deles queria falar no grupo por que um suspeitava do outro. E eles vinham para Andradina por causa de todo esse trabalho com as comunidades eclesiais de base que eles ouviam falar (COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”, 2014)

### **Fontes:**

COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. Audiência Pública sobre a repressão no campo. São Carlos, setembro, 2014.

## **REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BAURU**

### **Prisão, negação de direitos e de livre associação: perseguição a Ligas e lideranças**

No município de Lins, na região administrativa de Bauru, em agosto de 1946, 200 camponeses tiveram seu direito a livre associação violado, ao verem negado o pedido para reorganização da Liga Camponesa que havia

sido fechada pela Polícia Municipal. Houve perseguição e ameaça de lideranças rurais. O caso se encontra no Prontuário 69548 do DEOPS.

Camponeses do município de Getulina foram presos na década de 1940 por fazerem greve pacífica junto com outras famílias de colonos da Fazenda Santa Helena. O decreto antigreve baixado pelo Estado legitimava essas prisões. O fato foi noticiado no Jornal Notícias de Hoje, São Paulo, 28 de abril de 1946, p. 9.

O militante comunista Jôfre Corrêa Neto foi preso no município de Presidente Alves em setembro de 1962. O motivo foi para impedi-lo de realizar trabalho de militância sindical. Jôfre atendia 45 famílias de colonos, aproximadamente 130 pessoas, na Fazenda Jacutinga, do fazendeiro Sebastião Simões de Carvalho, que buscaram se organizar para conseguir uma “indenização devida” depois de serem demitidos injustamente.

A prisão foi justificada pelo Estado na Lei de Segurança Nacional. Essa prisão já indicava o papel de DEOPS na repressão à organização camponesa. Jôfre foi sentenciado a 20 meses de prisão, sendo libertado 18 meses depois.

#### **Fontes:**

SILVA, Emiliania Andreo da. Despertar do campo: Lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, p. 133-134.

BARRIGUELI. Subsídios à História das lutas no campo em São Paulo (1870-1956), vol. 2, 042/946, p. 177.

Revista Novos Rumos, outubro de 1962, p. 8.

## **REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS**

### **O assassinato de Orlando Correa na greve dos canavieiros em Leme - 1986**

A greve de Leme, deflagrada em 27 de junho de 1986, refletiu os processos de organização trabalhistas no embate entre capital e trabalho

iniciados pela greve de Guariba, em 1984. A pauta de reivindicações era que a remuneração fosse aferida por metro linear e não por peso, conforme era feito. Frente à declaração de ilegalidade do movimento grevista pelo Tribunal Regional do Trabalho, e tendo a justiça concedida *Habeas Corpus* preventiva para Usina Cresciunal, em 10 de julho, pela circulação de funcionários. Os piquetes tornaram-se intensos. Na manhã do dia 11 de julho, sexta-feira, o conflito deflagrou-se quanto um ônibus conduzido pelo motorista Orlando de Souza, da Usina Cresciunal, que levava 42 trabalhadores e três policiais militares, Wiston José Tristão, Genivaldo Matias dos Santos e Benedito Rosa Paixão, escoltados por viatura da polícia, conduzido por José Aparecido Bernardo de Oliveira e Valter Domingues Franco, cruzou o piquete realizado no Bairro do Bom Sucesso, paralelo à Ferrovia.

A partir deste ponto, na época criou-se a versão de que uma viatura oficial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo teria ultrapassado o ônibus e efetuado disparo contra o mesmo. O então superintendente da Polícia Federal na época, Romeu Tuma, chegou a sustentar que o conflito era uma ação armada de dirigentes da CUT. O presidente José Sarney, por meio de seu porta voz, Fernando César Mesquita, afirmou que não iria aplicar a lei de segurança nacional ao caso, pelo envolvimento de políticos do PT, após ser informado da tragédia por meio do ministro-chefe do Serviço Nacional de Segurança, Ivan de Souza Mendes. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1986). O laudo pericial do processo instruído em Leme desmente as versões acima, pois consta que o ônibus não foi alvejado por arma de fogo.

O piquete do dia 11 de julho, no bairro Bom Sucesso tinha por volta de 500 pessoas. O efetivo policial contava com 162 policiais militares com suas viaturas, 60 policiais do 10º BPMI de Piracicaba, 28 do 13º BPMI de Araraquara, 46 do 2º Batalhão de Choque da Capital, 28 do 3º Batalhão de Choque de São Paulo, além do efetivo do município.

O Inquérito Policial instaurado em 11 de julho de 1986, encerrado quatro anos depois, em 5 dezembro de 1990, é inconcluso quanto apuração dos responsáveis diretos pelo assassinato de dois trabalhadores. Sibeles Aparecida Manoel (17 anos), empregada doméstica que participava e apoiava o movimento dos piqueteiros, ao correr da tropa de choque da Polícia Militar, que dispersava os canavieiros grevistas lemenses, ela foi

atingida por projétil de arma de fogo que transfixou seu corpo, e lhe causou a morte. No caso do trabalhador rural, Orlando Correa (22 anos) encontrava-se afastado por acidente de trabalho, após se ferir na perna esquerda com o podão, no corte de cana. Mesmo assim apoiou o piquete. Na ocasião do conflito foi atingido por projétil de arma de fogo na região do peito à altura do bolso direito da camisa e causou a morte. Atualmente o processo encontra-se arquivado.

Outros seis trabalhadores rurais também tiveram lesões por arma de fogo, Antônio Quirino Lopes, Vitor Nogueira, Valdemir Donizete Rosa. Jorge Aparecido Killian, Ademir Lírio Generoso Silva e Paulo Honório Pereira (26 anos). Outros 11 trabalhadores, políticos e lideranças sindicais tiveram lesões de natureza física resultante da investida da polícia militar.

É de se ressaltar que importantes lideranças sindicais e políticos estavam neste cenário e também sofreram com a brutal repressão.

José Genoíno juntamente com os deputados Djalma de Souza Bonn, 47, (presidente do PT no Estado de São Paulo) e Anísio Batista (deputado estadual) além de Paulo Otávio Azevedo, virtual candidato a vice-governador pelo PT, disseram ter sido bastante espancados pelos policiais. Os três primeiros chegaram a ser detidos posteriormente, na Santa Casa, juntamente com o tesoureiro licenciado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) e candidato a deputado estadual pelo PT, Vedo Jorge Fanta, o diretor da Fetaesp e da Confederação Nacional na Agricultura (Contag), Élio Neves, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras, Norival Guadagnin. (FOLHA DE S. PAULO, 1986).

### **Fontes:**

FOLHA DE S. PAULO, Economia, Duas pessoas morrem em choque entre PB e bóias-frias. 12 de julho de 1986.

FOLHA DE S. PAULO, Tuma afirma que CUT pode estar envolvida. 12 de julho de 1986

FOLHA DE S. PAULO, Sarney diz que problema é do governador Montoro. 12 de julho de 1986

## **REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MARÍLIA**

## **DOPS impede o I Congresso de Lavradores da Alta Paulista (1949)**

Com a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947, os militantes da região de Marília passaram a atuar na clandestinidade. Mantinham, à época, diversos trabalhos junto aos camponeses da região.

Realizavam reuniões em diversas fazendas, onde elencavam, junto aos camponeses, as principais demandas e focos de atuação. Colhiam e debatiam as principais reivindicações, politizando questões como aumento do salário, maior participação no lucro da produção e registro em carteira, condições favoráveis aos pequenos proprietários, assistência técnica, etc.

O PCB mantinha bons trabalhos nos municípios de Vera Cruz, Gália, Marília e Oriente, onde predominava o plantio de café, algodão e cereais (SILVA e ALMEIDA, 2012). O município de Oriente contava, ainda, com uma usina de açúcar à época.

Em meados de abril de 1949, os militantes comunistas João Camilo Sobrinho, Edgard de Almeida Martins, Honório Tavares de Faria, Reinaldo de Machado, Osório de Castro, Benino de Mazo e Manoel Tavares deram início à organização do *I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Alta Paulista*, que seria realizado em 8 de maio, no município de Marília. Muitos militantes do partido se envolveram nas panfletagens de divulgação e nos preparativos do encontro.

Seguiram-se intensos debates durante os dias de preparação do congresso. Jornais foram distribuídos nas principais vias e passagens públicas do município, bem como convites foram enviados a autoridades. Edgard de Almeida Martins, então secretário de organização local do PCB na região, conta que os “latifundiários e os políticos locais pediram ajuda à polícia” para “impedir a realização do congresso” (SILVA e ALMEIDA, 2012).

Faltavam 15 dias para a realização do encontro de camponeses quando agentes do DOPS chegaram à região, acompanhados por um batalhão do Exército de Bauru.

Todos os membros do partido que assinaram os materiais de divulgação e convocação para o Congresso foram presos. Edgard, em suas memórias políticas, conta que teria sido preso em Tupã, juntamente com os irmãos Cano e Perez, também membros do PCB. Passaram pelas delegacias

de Tupã, Marília e Garça, indo e vindo pelos mesmos itinerários diversas vezes. Teriam ficado sob guarda dos agentes do DOPS por cerca de 10 dias, sendo interrogados pelo então delegado regional, de sobrenome Leitão. Edgar comenta que à época teria sido torturado diversas vezes.

Outros membros do partido também foram presos. Sérgio Barguil foi detido em Pompéia. Manoel Tavares e outros seis militantes foram presos em Marília. Todos os membros do PCB foram processados por subversão, desordem social, desacato à autoridade e organização de partido ilegal (SILVA e ALMEIDA, 2012).

O município de Marília permaneceu ocupado pela Polícia Militar com auxílio do efetivo do Exército de Bauru. Atiradores com metralhadoras foram posicionados na praça principal da cidade de Marília, local onde seria realizado o Congresso, fato que se repetiu – de acordo com o relato do militante comunista - nas entradas das cidades de Garça, Tupã, Assis e Getulina (SILVA e ALMEIDA, 2012). Nas ruas, as pessoas eram abordadas, revistadas e identificadas. Qualquer arma era apreendida, inclusive canivetes. Diversos camponeses sofreram ameaças e agressões, tanto da Polícia Militar quanto do Exército.

**Fonte:**

SILVA, Eliana Floriano e ALMEIDA, Thaelman Carlos Machado de. Clandestino. Memórias políticas de Edgard de Almeida Martins. Editora Agbook. 2012.

**A Chacina de Tupã**

O delegado da cidade de Tupã, em 1949, era Renato Imparato. Quem comandava o destacamento local da polícia militar era o Sargento José Ramos Cadima, descrito como de maneira bruta, corrupta e violenta (SILVA e ALMEIDA, 2012). Cadima perseguia donos de caminhões nas áreas rurais do município, pois era costume que os motoristas transportassem seus vizinhos e trabalhadores rurais como passageiros. Cadima se aproveitava para multar

e extorquir os trabalhadores rurais. O destacamento do Sgt. Cadima também prendia alguns motoristas por desacato e ainda roubava seus pertences.

Militantes do PCB de Tupã, alguns já procurados pela polícia pela organização do congresso camponês de Marília, cientes dos desmandos policiais e do clima de revolta entre os camponeses do município, decidiram fazer um abaixo assinado denunciando tais arbitrariedades (SILVA e ALMEIDA, 2012). Redigiram o tal documento e perceberam, ao colherem as assinaturas, que haveria espaço para convocar uma manifestação junto aos moradores pobres da cidade. Um protesto público foi realizado em 10 de julho de 1949, aglutinando cerca de mil e quinhentas pessoas, que carregavam faixas e bradavam gritos de protesto contra as diversas violências policiais (COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”, 2013).

A passeata saiu da rua Aimorés, chegando até a avenida Tamoios, duas importantes vias da cidade, quando a polícia apareceu e tentou dissolver a manifestação. À frente da tropa estava o sgt. Cadima, prontamente identificado pelos manifestantes. Segundo o depoimento de Edgard de Almeida Martins, então secretário organização do PCB na região:

[...] a massa investiu contra os policiais. Ouviram-se tiros. Alguém gritou: - atira nele! As pessoas tentavam se proteger como podiam. Houve mais tiros. Os policiais fugiram correndo avenida acima e o povo atrás, num pega-não-pegas. (SILVA e ALMEIDA, 2012. p. 50).

Um policial, dirigindo uma viatura, ainda tentou colidir o veículo no meio da manifestação. Teve seu carro erguido do solo pela multidão, que também ameaçou atear fogo no veículo. A passeata seguiu até o estádio municipal, onde acontecia uma partida de futebol. Os torcedores deixaram o estádio e engrossaram as fileiras do ato, que seguiu para a casa do vereador Sousa Leão, chefe político do Partido Social Democrata (PSD) local, identificado pelos manifestantes como apoiador das violências policiais.

Os camponeses voltaram para casa vitoriosos pela execução da manifestação pública, sem saber que na manhã seguinte a cidade voltaria a ser palco de novas violências policiais. Chegou à cidade o IV Batalhão do Exército de Bauru, juntamente com agentes do DOPS de São Paulo. Tupã foi completamente ocupada pelas tropas e os homens do DOPS assumiram o

comando da polícia civil, junto com o delegado Imparato. Cerca de 120 camponeses foram presos, mesmo entre aqueles que não participaram da manifestação do dia anterior (SILVA e ALMEIDA, 2012). Houve agressões e espancamentos. Militares e policiais procuravam pelos organizadores da passeata.

Dentre os presos estava o pai de Edgard de Almeida Martins - Manoel de Almeida -, como tentativa policial e militar de forçar o aparecimento do militante comunista, que vivia na clandestinidade desde os desdobramentos do Congresso da Alta Paulista. Manoel foi levado à São Paulo, onde foi espancado e interrogado pelo delegado Elpídio Reali. Manoel chegou a ser ameaçado de extradição, dada sua naturalidade portuguesa, o que não aconteceu.

Vendo a reviravolta, Edgard e outros dois comunistas, João Camilo e Alípio, fugiram de Tupã. Permaneceram escondidos até que o clima voltasse ao normal na cidade. Foram indiciados pelo DOPS por participar do *Congresso dos Lavradores*, pela organização da passeata, por resistir à prisão, por desacato à autoridade e por agressão ao sgt. Cadima (DEPOIMENTO DE THALEMAN, 2013). Já na clandestinidade, foram à São Paulo e lá permaneceram aguardando ordens do partido.

Cerca de 2 meses após a passeata e a caçada aos militantes comunistas, a polícia de Tupã recebeu de um trabalhador rural a denúncia de que estava acontecendo uma reunião do PCB em um sítio próximo. O delegado Imparato reuniu um destacamento fortemente armado e foi até o mencionado local. Os policiais fizeram um cerco à casa, dando incio a um tiroteio, que levou à morte três militantes comunistas: Pedro Godoy, Miguel Rossi e Afonso Marma. Outras doze pessoas foram presas no local (SILVA e ALMEIDA, 2012).

Houve forte repercussão do evento, que ficou conhecido como “Chacina de Tupã”. Luis Carlos Prestes chegou a se pronunciar sobre o acontecido, afirmando que:

[...] o assassino Adhemar de Barros, ... esmera-se no assalto de Tupã, onde caem vítimas do ódio das classes dominantes aos camponeses que lutam pela paz, pela terra, os três heróis do nosso povo – Pedro Godoy, Afonso Marma e Miguel Rossi.

**Fontes:**

COMISSÃO DA VERDADE RUBENS PAIVA. Audiência pública sobre a repressão no campo. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 16 de dezembro de 2013

PRESTES, L. C. Nossa política: prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação. Em: Revista Problemas, nº 29, ago/set, 1950.

SILVA, Eliana Floriano e ALMEIDA, Thaelman Carlos Machado de. Clandestino. Memórias políticas de Edgard de Almeida Martins. Editora Agbook. 2012.

**REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE****Perseguição e assassinato de Nestor Veras: silêncios e 'esquecimentos' nos relatos de violações**

O depoimento que Omene Vera Martins deu à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” foi emblemático de uma realidade bastante comum vivenciada pelos familiares de ameaçados, perseguidos, presos ou mortos pela Ditadura civil militar. Seu relato, além de retomar a forma brutal como a ditadura assassinou seu tio, Nestor Vera, oferece diversos exemplos de como o cotidiano familiar, a vida simples do dia-à-dia, se transforma radicalmente em contextos ditatoriais.

Omene, por exemplo, citou como as constantes visitas dos agentes do DOPS à sua residência transformaram-se em pavor no cotidiano familiar. Ainda que o objetivo principal fosse a captura de Nestor Vera, clandestino à época, a trajetória militante do pai também teria contribuído para a desconfiança dos agentes policiais e militares e para as constantes intimações:

Meu pai apoiava os deputados lá [...] brigava, militava, corria, se envolveu também, foi processado... O DOPS ia direto na minha

casa [...] o DOPS estava toda hora lá em casa, levava meu pai e minha mãe pra delegacia.

Com o tempo, a presença constante dos agentes policiais e militares, as inúmeras intimações para depoimento, as ameaças e eventuais agressões, transformaram-se em medo, em busca pela discrição e, para alguns familiares, num profundo silêncio em relação aos episódios e à trajetória de Nestor Vera. Como nos afirmou Omene:

[...] às vezes eu tento arrancar dos meus tios, principalmente o Antonio Vera, que está lá em Epitácio com 87 anos, ele fala: “não, não, mas não houve nada, não houve nada [...]. Tem outra irmã do Nestor Vera que mora em outra cidade, mas essa é a mais nova, ela não quer falar nada, ela morre de medo até hoje de falar de Nestor Vera. Ela, inclusive, queima todas as coisas que meu avô tinha na casa que ligassem a Nestor Vera, essa tia minha queimava tudo por medo. Eu não estou aqui criticando a situação, ela tinha medo.

Não bastasse a morte do militante, permanece para seus familiares o medo de que algo semelhante volte a acontecer. A discrição e o silêncio em relação ao passado, neste caso, podem ser notadas mesmo nos período atual.

Nunca ninguém falou nada. A nossa família sempre blindou a gente, sempre foram calados, nunca falaram nada. O único da família que hoje começou a falar fui eu, porque eu fiz um comentário na internet (COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”, 2013).

O silêncio, ainda que parcial, sobre a morte ou mesmo sobre a existência de Nestor Vera, foi tanto e de tal forma, de acordo com o relato de Omene, que gerou no seio familiar, principalmente nas novas gerações, certo desconhecimento da trajetória militante e da forma brutal como o parente foi assassinado pela ditadura. Segundo ele, uma de suas primas - atual prefeita de Ribeirão Preto, Darcy Vera - desconhecia por completo a história de seu tio Nestor: “a Darcy Vera é neta do Rafael Vera [tio de Nestor]. [...] Mas ela ficou sabendo agora que é sobrinha neta, ela não sabia da existência do Nestor Vera (idem)”.

Omene também comenta as inúmeras dificuldades que sua família teve por ser associada à “subversão” e ao “comunismo”:

Nós só nos ferramos com esse negócio de parente do Nestor Vera. Nós só tivemos problemas com a justiça e com os empregos, com as oportunidades que nós deixamos de ter na vida por ser parente dele (idem).

O relato oferece alguns exemplos dos efeitos diversos gerados pela perseguição política no cotidiano de amigos e familiares de opositores ao regime ditatorial. Além de ter de lidar com eventuais perdas de parentes e amigos, o cotidiano social de muitas famílias se altera de forma profunda. Muitos são demitidos pelo parentesco com “comunistas”, outros perdem a credibilidade da vizinhança ao serem associados à subversão, mesmo que indiretamente. É comum a adoção de hábitos mais discretos (ou às vezes até clandestinos), ou então a sensação constante de medo diante da observação e da vigilância dos órgãos Estatais. Isso sem mencionar os inúmeros constrangimentos e ameaças decorrentes destes processos.

Para as novas gerações, se o silêncio acerca das amarguras vivenciadas no passado pode se transformar na perda de algumas informações sobre o passado e sobre a identidade familiar, o mesmo não pode ser dito dos antecessores. Neles, o silêncio pode consistir numa estratégia de sobrevivência, numa forma de passar despercebido, de não despertar a atenção de autoridades, mas também uma forma de lidar com a dor da perda de entes queridos ou de cuidado com a própria sobrevivência e de seus familiares. Novamente, o relato de Omene é bastante emblemático dessa realidade:

A família, que mora em Campinas, as filhas dele, sofreram muito nessa vida. [...] E, possivelmente, se um dia acharem alguma coisa do Nestor Vera, com a autorização da família a gente gostaria de sepultar em Presidente Epitácio e tirar de uma vez essa coisa que tem dentro de tanta gente que está por aí [...], parentes, pessoas que foram humilhadas, tiveram portas fechadas na sua vida [...] [por isso] a importância para as pessoas virem aqui e desabafar um pouco, tirar essa ferida que está dentro das pessoas, entendeu? [...] Meu pai, por exemplo, faleceu com essa foto aqui do irmão dele. Ele carregava essa foto, ele sentado num banco [...] (idem).

### **Fontes:**

COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. *Audiência Pública*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 16 de dezembro de 2013.

### **Assassinatos, grilagem e conluio do Judiciário em Teodoro Sampaio.**

No município de Teodoro Sampaio, Região administrativa de Presidente Prudente, o lavrador Waldomiro Fogaça Sobrinho denunciou desapropriações na década de 70. Seu relato afirma que 70 famílias, com mais de 400 crianças, tiveram de abandonar as terras onde viviam num prazo de 10 dias por ordem do Tribunal de Justiça do Estado.

Inicialmente as terras eram arrendadas por Francisco Pereira Telles que, após 3 anos, desapareceu. Foi quando surgiu Justino de Andrade, alegando ser proprietário e entrando com ação na Justiça para que as famílias abandonassem o local. Segundo o INCRA, no entanto, Justino não possuía escrituras das terras, portanto, eram devolutas. Mesmo assim a desapropriação foi efetuada.

Assim como em Teodoro Sampaio, houve outros conflitos resultando em mortes. Paulo e José Kuraki foram assassinados em Presidente Epitácio, em abril e maio de 1967, respectivamente. Paulo Kuraki foi assassinado ao recusar-se a pagar um “foro” cobrado por um fazendeiro que se intitulava proprietário das terras da reserva Lagoa São Paulo.

#### **Fontes:**

Folha de S. Paulo, 10/05/1977.

VIANA, Gilney. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013, p. 222.

CARNEIRO, A; CIOCCARI, M. Retrato da repressão política no campo - Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

### **REGIÃO ADMINISTRATIVA DE REGISTRO**

## **Construção da Rodovia Régis Bitencourt e a grilagem de terras**

De acordo com a reportagem do jornal Terra Livre (1962), intitulada “Vitória dos posseiros de Juquiá: confirmada a ilegalidade dos despejos”, grileiros atuavam na região do litoral sul de São Paulo expulsando posseiros e pequenos proprietários, utilizando títulos falsos de propriedade.

Tal processo se deu no contexto da abertura da rodovia Régis Bitencourt (BR 116, trecho que liga São Paulo ao Paraná). Os grileiros teriam expulsado os proprietários com base num mandado de despejo, emitido contra “Nestor Isaias” pelo juizado local. Ao todo, mais de 70 famílias foram atingidas pelo processo de grilagem no trecho notificado. Ainda segundo a reportagem, o judiciário teria sido conivente com as expulsões, através da expedição de mandados indevidos e no reconhecimento de títulos de propriedade falsos.

### **Fonte:**

Vitória dos posseiros de Juquiá: confirmada ilegalidade dos despejos. Terra Livre, jan. 1962, n. 107, ano XII. p. 3.

## **Conluio e perseguições: luta pela terra em Guapiruvú**

O bairro Guapiruví, localizado no município de Sete Barras, vivenciou muitas lutas relacionadas à posse da terra. Segundo os relatos de Dona Rosa e alguns de seus familiares, um médico paulista de nome Marcelo Penteadó, através de alguns prepostos, chega na região em 1956 prometendo regularizar a posse da terra dos camponeses locais. Recolheu assinatura de várias famílias e usou-as mais tarde para tomar suas propriedades. A família dos Penteadó utilizava jagunços para amedrontar e expulsar os antigos proprietários, queimando barracos, destruindo paióis e agredindo os camponeses.

Em 1958, e motivados pelas confusões em torno da propriedade da terra, grande parte da família de Rosa se muda para o município de Jacupiranga. Alguns parentes se envolveram na construção da BR 116,

enquanto outros se mudam para São Paulo. Aos que permaneciam, restava enfrentar os desmandos dos que se diziam donos da propriedade.

Os jagunços impediam que os trabalhadores rurais plantassem ou mesmo reerguessem novas casas nas proximidades. Os trabalhadores rurais eram obrigados a migrar constantemente, e as perseguições se repetiam ano a ano. Um dos jagunços mais conhecidos na região era Raimundo, bastante temido pela postura violenta.

Antonio, sobrinho de Rosa, volta de São Paulo em 1968 e resolve se organizar com outros camponeses locais para questionar a injustiça cometida pelos grileiros da família Penteado. Marcelo Penteado denuncia os trabalhadores à Polícia Militar de Eldorado, acusando-os de praticar agitação, o que lhes render o nome de “O Grupo dos Doze” (Depoimento de Antonio, 2014). Antonio também conta que o Exército chegou a visitá-los diversas vezes devido à confusão, para apurar a situação e “buscar relação entre o grupo dos doze e os guerrilheiros” (Depoimento de Antonio). Contudo, mesmo com as inúmeras visitas não se resolveu o problema.

Os camponeses recorreram ao Dr. Ribas, advogado de Jacupiranga, que também passou a ser intimidado pelos jagunços da família Penteado e acusado de estimular a agitação. Pressionado, acabou por abandonar o caso.

Em 1972, a família Penteado vendeu parte da propriedade à Guaribaldo Vilares, empresário paulista, que plantou mais 500 mil pés de banana na propriedade. Com o insucesso da produção os Vilares deixaram novamente a propriedade. Antonio e outros trabalhadores rurais do local voltaram a ocupar a antiga propriedade. Foi a terceira confusão: Vilares não teve medo de se utilizar da violência para reprimir os camponeses. Antonio chegou a mencionar uma briga com um dos jagunços, onde teria golpeado o preposto dos Vilares com a foice.

O quadro de terror e violência perdurou até o começo da década de 1990. Entre idas e vindas, novas ocupações e a continuidade da ameaça por parte da família Vilares, a Comissão Pastoral da Terra começou a atuar na região em 1992, auxiliando os antigos proprietários a recuperarem suas terras. Hoje, parte da propriedade tornou-se um assentamento de reforma agrária, reconhecido pelo INCRA.

**Fontes:**

Depoimento de Antonio. Agência Pública de Jornalismo investigativo. Sete Barras, agosto de 2014.

**Napalm no Vale do Ribeira: Operação Registro**

A *Operação Registro* foi uma das maiores mobilizações da história do II Exército. Foram empregados 2954 homens, entre membros do Centro de Informações do Exército, regimentos de infantaria e pára-quedistas das forças especiais, policiais militares, Polícia Rodoviária de São Paulo, do DOPS e da Marinha para vasculhar a área e capturar 9 integrantes da organização VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), comandados pelo Capitão Carlos Lamarca, que instalou dois centros de treinamento de guerrilha na área.

Segundo o relatório acessado pela Comissão da Verdade Rubens Paiva<sup>1</sup>, escrito pelo comandante do II Exército, General José Canavarro Pereira - e minuciosamente comentado pelo General Ernani Ayrosa da Silva -, a Força Aérea Brasileira também teria participado ativamente da *Operação Registro* através da 1ª Força Aerotática, comandada pelo Brigadeiro Hipólito.

No dia 20 de abril de 1970, foram enviados 4 helicópteros - dois deles com poder de fogo - e 4 aviões T-6 armados para a captura dos militantes. O relatório menciona ainda aviões B-26, que realizaram os bombardeios na região, sem dar nenhuma proteção aos camponeses.

A única medida de segurança adotada pelos agentes militares foi proibir camponeses de entrar na floresta onde estavam os roçados, a caça e o palmito, como contou Nelson Vieira numa reportagem recente (AGÊNCIA PÚBLICA, 2014a):

O Exército, eles vieram de carro primeiro. Então pra nós aqui eles falaram: "Ninguém vai pro sítio. Não vão pra lá que o negócio nós vamos queimar esse mundo aí, porque nos vamos pegar esse

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://www.dropbox.com/s/3z5lj0gbry7y1zv/docregistro.compressed.pdf?dl=0> , acessado em outubro de 2014.

povo. Se vocês tiverem lá também vocês vão morrer” (Agência Pública, 2014).

Adilson Vieira Alves, pequeno proprietário da região de Cajati, tinha 8 anos quando aconteceu a *Operação Registro*. Afirmou que “ficou com mais medo do Exército do que deles [os membros da VPR]” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2014a). O medo era devido às práticas truculentas do Exército, que prendia camponeses, torturava eventuais suspeitos, ameaçava membros da comunidade com armas, etc. Valiam todas as táticas para achar os guerrilheiros.

Eram comuns ofensas, práticas de torturas e xingamentos à população como forma de impor medo e arrancar informações sobre o eventual paradeiro dos membros da VPR.

Fizeram disfeita com a gente. Humilhavam. Chamavam de vagabundo, ladrão, bandido, “onde que estão os outros?”, “você é da raça”. Nós fomos maltratados pela Polícia. Depois eles trataram bem, depois que decifraram a coisa (Depoimento de Adilson, em AGÊNCIA PÚBLICA, 2014a).

Outros moradores também cometaram da intervenção dos militares nas festas, comemorações e bebedeiras realizadas durante a ocupação da região. Para outros camponeses, a chegada do Exército foi anunciada pelas bombas:

O aviação tava aí mesmo. A bombaiada que jogaram nesse mato. Uuh! Tinha dias que esses jatos eram um atrás do outro (Depoimento de José Vieira, em AGÊNCIA PÚBLICA 2014a).

Aí os aviões já fizeram esse rasante né, e já começaram a jogar bomba, nesse mesmo dia.

- E você viu?

- Vi, vi.

- E como é que era?

- Então, eles vinham em formação né, quatro, seis aviões [...], aí eles passavam por cima do morro, da montanha e do seu Manoel pra lá, eles faziam assim [desciam] e começava a descer, parecia ovo [bombas] né (...) e a gente escutava os estrondo (Adilson Alves, em AGÊNCIA PÚBLICA, 2014a).

Em parceria com a Agência Pública de Jornalismo Investigativo, a Comissão da Verdade Rubens Paiva conseguiu encontrar dois estilhaços de bomba, devidamente coletados e encaminhados ao Ministério Público

Estadual de São Paulo. Oficialmente, a Força Aérea Brasileira jamais reconheceu que bombardeou áreas rurais povoadas durante a ditadura. No entanto, em outro documento escrito pelo adido militar francês Yves Boulnois em 1970, relatavam-se as táticas militares utilizadas pelos militares brasileiros assim como o uso da bomba napalm pela FAB (AGÊNCIA PÚBLICA, 2014b).

Assim, enquanto o II Exército tentava distanciar os jornalistas brasileiros do palco dos acontecimentos, o adido francês tinha acesso livre e acompanhou a Operação Registro com muito interesse durante um mês. Em seu informe ao Ministério de Defesa francês, escrito em maio de 1970, descreve tudo o que pôde observar no terreno, incluindo técnicas militares e o material utilizado, já que um dos objetivos dos adidos era vender material bélico da indústria francesa (Agência Pública, 2014b).

Os moradores do Vale do Ribeira não sabem, até hoje, a que perigos foram expostos pela ditadura. Durante a permanência de nossa equipe no município de Cajati, foram diversos os relatos de moradores que acharam bombas (muitas até não detonadas), ou a exposição à componentes químicos provenientes do interior das mesmas, que “pareciam enxofre”, “ardiam os olhos” ou causavam algum tipo de desconforto.

Nelson Vieira, que chegou a trabalhar como mateiro para o Exército na busca, ainda se lembra do dia em que dois militantes da VPR foram presos.

Eles chegavam aqui no pátio, tudo rasgado, aí punham eles no chão assim algemado, com a cara no cascaio ali, “ó peguemos mais um aqui”. E iam lá as polícias, pegavam sanduíche e vinham do lado do cara e falavam pra ele, “quer um lanche?”, ele virava a cara, chacoalhava a cabeça assim, e falavam “táqui o lanche docê”, e péeim com aquela botinona na cara dele. Ai eles comiam o lanche. Dava dó. Era demais a judiação. Batiam demais. Não sei se deram um fim nesse povo (Agência Pública, 2014a).

O relato de Nelson é interessante por diversos motivos. O primeiro, e talvez o mais óbvio, diz respeito ao conjunto das agressões e violências cometidas pelos militares contra os membros da VPR. O livro *Lamarca: o capitão da guerrilha*, escrito a partir de relatos e cartas escritas pelo próprio militante comunista, aponta que os presos, por exemplo, eram deixados nus,

amarrados à estacas em pleno sol e ali permaneciam por vários dias (EMILIANO e MIRANDA, 1984).

Outros camponeses comentaram o tratamento dado a Manoel, o Maneco de Lima, então prefeito de Cajati e que seria o antigo dono do sítio vendido à VPR, que foi barbaramente torturado e pendurado de ponta cabeça numa árvore.

O segundo ponto interessante diz respeito à própria ocupação de Nelson Vieira na época e o que ela nos revela: mateiro à serviço das Forças Armadas. Isso significa reconhecer que no caso da Operação Registro, o Exército se utilizava do expediente de contratação de alguns moradores locais para que servissem como mateiros nas caminhadas em meio às matas densas e fechadas do Vale do Ribeira. E Nelson foi um destes trabalhadores que, embora estivesse a serviço do Exército e convencido da má reputação atribuída aos militantes da VPR, se compadeceu e reconheceu a truculência dos grupos militares nos episódios de tortura e agressão contra seus opositores.

Não obstante a prática, o General Ernani Ayrosa da Silva, avaliando a execução da Operação Registro, chega a mencionar que o Exército não teria lançado mão do expediente da contratação de “informantes locais” de forma adequada:

É necessário ainda, que a Central de Informações disponha também de recursos financeiros para poder recompensar informantes da região e pagar agentes recrutados na área, que deixam de trabalhar para nos servir. Em alguns casos a informação tem que ser considerada como um produto que se compra com dinheiro (Relatório da Operação Registro, pág. 20).

Além da contratação dos “informantes locais” o Exército também atuava na localidade através das *Ações cívico sociais* (ACISOs), como forma de se legitimar sua presença diante das comunidades do Vale do Ribeira. Nas ACISOs o exército prestava assistência odontológica, mantinha contato íntimo e estimulava a confiança e colaboração da população local. No entanto, como pudemos ver nos relatos, dificilmente essa era uma postura geral dos militares.

A combinação entre ACISO, relatórios, contrarrelatórios de avaliação, dos gastos financeiros com informantes, da ação coordenada entre forças policiais e militares é indicativa do tamanho e importância dada à operação.

E o acesso à documentação oficial, combinada a relatos e depoimentos, nos permite atentar para uma realidade mais complexa, cheia de embates, de discordância e de múltiplas visões e discursos sobre o acontecido. Muitos camponeses foram convencidos de que havia uma luta entre o bem e o mal na região. Outros já se mostram mais insatisfeitos com o tratamento rude e truculento empregado pelo Exército. Também ouvimos histórias de que outros moradores locais teriam apoiado Lamarca e seu grupo. Por outro lado, se o uso de agressão, de ameaças e da truculência foi constante, também se empregaram táticas de convencimento e de persuasão, como as ACISOs e o assalariamento temporário.

Por outro lado, o próprio relatório elaborado pelo Exército e comentando pelos escalões superiores evidenciam a existência de estruturas e hierarquias internas de coordenavam a execução desta e de tantas outras operações. A busca de militantes contrários ao regime foi tão sistemática, que no caso da Operação Registro, o general Ayrosa discorre, em aproximadamente 20 páginas, sobre os diversos equívocos observados na execução da campanha.

### **Fontes:**

AGÊNCIA PÚBLICA. Napalm no Vale do Ribeira. Disponível em: <http://apublica.org/2014/08/napalm-no-vale-do-ribeira/> . Acesso em 10/10/2014.

AGÊNCIA PÚBLICA. Um torturador francês na Ditadura brasileira. Disponível em <http://apublica.org/2014/04/um-torturador-frances-na-ditadura-brasileira/>, acessado em outubro de 2014.

EMILIANO, Jose. MIRANDA, Oldack de. Lamarca: o capitão da guerrilha. Global Editora, 1984

### **O Judiciário e a grilagem de terras no Vale do Ribeira**

Moradores se queixaram, durante reunião do Sindicato de Trabalhador Rural de Registro, no município de Eldorado, que grileiros tentaram se apropriar de suas terras. O caso se arrastava na região desde meados da década de 1970. Segundo os relatos o grileiro se chamava Abel Bernardino dos Santos, era de Jundiá e se utilizava de um “grupo de jagunços de Eldorado” para “infernizar a vida do pessoal do bairro” (REALIDADE RURAL, 1980: 7). Cerca de 200 pessoas dos bairros de Pedro Cubas, Morangaba e Onça Parda sofriam com as ameaças e intervenções à mando de Abel.

De acordo com a reportagem da FETAESP sobre o caso, em setembro de 1980, o Fórum de Eldorado “estaria engavetando os processos e rejeitando até reconhecimento de firma (um tal de Márcio faz isso)” (idem). O sindicato também denunciava Abel por ter cometido violência contra um dos moradores.

Grilagem também na região de Juréia. A família Prado, vive há oito gerações no município de Iguape. Dauro Prado conta que na década de 1970 a especulação imobiliária chegou na região. A família de Dauro teria sido obrigada a ceder parte de sua propriedade, posto que os interessados intimidavam e amedrontavam os moradores como forma de incentivá-los a vender parte ou a totalidade das propriedades:

Obrigaram minha avó a vender a terra dela. Ela tinha escritura, escritura do tempo da Coroa, e falaram “Óh Dona Joana, você tem que vender sua terra, porque você não vai conseguir pagar os impostos, se você não vender pra gente outros caras vão pegar” [...] (COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”, 2014).

Como ela não sabia escrever, Dauro conta que os grileiros colheram suas digitais, afirmando que levariam ao cartório de Iguape para regularizar a transação. Trariam o dinheiro assim que finalizassem o procedimento. Os dois homens voltaram no dia posterior trazendo um pouco de remédio e uma pequena compra de supermercado.

Dauro conta que a família era proprietária de 600 alqueires que, gradativamente, foram sendo apropriados por terceiros. Os novos proprietários começaram a colocar jagunços armados para pressionar a família de Dauro e outros moradores do local a sair das propriedades. Um jagunço chamado “Ozuza” ficou bastante conhecido pelas práticas

extremamente violentas. Dentre elas estavam a queima de casas, de roças e ameaças aos moradores. Tanto os avós como o pai de Dauro foram obrigados a sair.

Em 1979, a Gomes de Almeida Fernandes (atualmente denominada Gafisa), uma construtora paulista, adquiriu a região que continha as terras griladas da família Prado. A empresa teria apresentado uma escritura de compra do conjunto das propriedades. Como contrapartida ao empreendimento planejado, a empresa cedeu 25% do território para o Estado de São Paulo, como forma de mitigar os impactos do empreendimento que seria construído na região. O território dos Prado, e de outras famílias, foi loteado para a construção de moradias.

### **Fontes:**

COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA.” Audiência Pública sobre a repressão no Campo. Eldorado, junho, 2014.

Realidade Rural. Em Registro núcleos sindicais começam a acertar firma o passo. Federação dos Trabalhadores rurais da agricultura do estado de São Paulo (FETAESP), set, 1980: 7.

### **Não reconhecimento de direitos: posseiros de Miracatu**

Cerca de 160 posseiros do bairro Vista Grande, no município de Miracatu, foram alvo de ameaças e agressões por, pelo menos, 5 anos, devido disputas pela posse da terra. As famílias organizaram uma comissão, visando se queixar à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (FETAESP), queixa que se transformou em reportagem no jornal da entidade em março de 1981. De acordo com a FETAESP, as terras dos proprietários originais já estavam cadastradas junto ao INCRA, mas sofreram sucessivas investidas de um pretense dono, chamado de Angelo Pappalardo, que reivindicava a propriedade da área para plantar palmito e retirar madeira.

A maioria das famílias teria vindo de Minas Gerais, da cidade de São Geraldo da Piedade. De acordo com a reportagem o jornal Realidade Rural,

[...] depois de oito anos que o pessoal estava na gleba do bairro Vista Grande, em Miracatu, depois que o pessoal abriu as estradas e separou os lotes em áreas de 10 alqueiras para cada família é que apareceu o tal de Pappalardo, residente da cidade de Pedro de Toledo, no litoral. (REALIDADE RURAL, 1981).

Um dos moradores relatou na época que Pappalardo aparecia com papéis em branco, colhendo assinatura dos moradores locais e que, inclusive, “teve companheiro que o homem enganou e tomou a assinatura”.

A maioria dos trabalhadores residia lá desde 1961. Passaram a conviver com ameaças e agressões a partir de 1975, através de prepostos à mando de Pappalardo. Os trabalhadores relataram que jagunços de Angelo passaram a residir em alguns lotes já abandonados, tornado as ameaças constantes. Angelo também acionava a Polícia Florestal, acusando os trabalhadores a desmatar áreas nativas. Procurava inviabilizar a abertura de novas roças e, conseqüentemente, a permanência das famílias.

### **Fontes:**

Realidade Rural – FETAESP. Posseiros de Miracatu pedem apoio à FETAESP. Edição de março, 1981: 6.

### **Assassinatos e impunidade em Iguape**

Yoshio Muritani e seu amigo Sadao produziam bananas conjuntamente, numa pequena propriedade em Iguape. Suas terras eram alvo de disputas, e alegava-se que o principal interessado tinha o nome de Otoniel de Almeida. Em 11 de junho de 1984, Yoshio e Sadao perderam 12 mil pés de banana, que teriam sido derrubados por Manoel Paixão, mais conhecido como “Pancinha”, preposto à mando de de Otoniel (A TRIBUNA DO RIBEIRA, 1986).

Yashio era uma importante liderança local, estimulando os demais posseiros a trabalharem coletivamente. O Relatório de Atividades da Diocese de Registro afirma que

Segundo amigos de Yoshio, ele queria criar uma cooperativa para exploração agrícola na área de Canela e Casqueira, porque acreditava que só assim conseguiria forças para continuar em sua

posse, na qual residia com a família havia mais de 15 anos [...] (O SÃO PAULO, 1986).

Em 11 de março de 1985, Yoshio e Sadão foram alvos de um atentado, sendo baleados por Manoel Paixão, o "Pancinha". Sadao recebeu quatro tiros, ficando permanentemente surdo. Yoshio recebeu dois tiros. Otoniel de Almeida era o principal suspeito de ser o mandando do atentando.

Em 3 de janeiro de 1986, Yoshio foi encontrado morto, vítima de facadas desferidas nas costas e na jugular, além da barriga aberta. Segundo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, foi instaurado um inquérito que não puniu ninguém (MST, 1987, p. 476).

No mesmo município, Koishi Ise, era detentor de uma pequena propriedade de terras, no bairro de Utinga Grande. Estava em casa no dia 15 de novembro de 1985 quando uma pessoa não identificada disparou um tiro contra sua cabeça, enquanto lia no interior de sua casa. Após os disparos, os suspeitos figuram num carro *Volkswagen*, que teria sido visto no dia anterior rondando o bairro. Kioshe tinha sido jurado de morte por um antigo proprietário das terras, conhecido como Genésio Vieira.

### **Fontes:**

A Tribuna do Ribeira, 08/01/1986.

O São Paulo, 06/06, 13/06/1986.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986. 2ª edição, Global. São Paulo, 1987.

### **Comunidade Quilombola é expulsa por mineradora**

O quilombo de Peropava fica situado no município de Registro. Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, toda a região foi palco de inúmeras grilagens de terra, intimidações e violência contra as populações rurais locais.

Clóvis e Maria, moradores do local desde a infância, relataram que a mineradora SOCAL foi uma das principais responsáveis pelos inúmeros confrontos travados e casos de grilagens de terra. A Revista Consultor

Jurídico (2012), citando uma ação rescisória efetuada pela Defensoria Pública de São Paulo, afirma que por diversas vezes funcionários da empresa teriam ido até Peropava para propor a compra de terras aos camponeses. Quiseram até colocar um portão na estrada e foram impedidos por um advogado amigo da família (idem).

Quando as negociações não davam certo, os funcionários da empresa faziam uso da intimidação e violência. Maria, num depoimento prestado à Comissão da Verdade, relata um dos episódios:

Eu tinha uns 10 anos [...] eu nasci em 59. Fomos expulsos, toda a minha família. Só ficaram duas famílias.

- Qual o nome da mineradora?

- SOCAL, né... A SOCAL. Pegou a maior parte dos terrenos, está tudo na mão dessa mineradora. Eu era criança, mas eu lembro que meu pai saía pra trabalhar, minha mãe. Eu ficava em casa com meus irmãos, e daí vinha aqueles caminhões e paravam bem em frente a casa. Falavam que iam queimar a casa, e eu pegava os meus irmãos e corria pro mato e ficava lá até o pai e a mãe chegar, porque nós tinha medo. E eles pegaram a maior parte do terreno. Nós ficamos com um pedacinho que não dá pra fazer nada (Depoimento de Maria e Antonio, em COMISSÃO DA VERDADE "RUBENS PAIVA", 2014).

Grande parte dos camponeses, por conta das agressões e ameaças, resolvem sair das terras que habitavam, passando a ocupar outra parte do território, situada mais ao fundo do atual quilombo. Segundo o relato de Maria, aproximadamente 15 das 40 famílias deixaram a comunidade a partir da década de 1960.

Em 1972, os membros da comunidade conquistaram o título de domínio da terra pelo governo do Estado de São Paulo. Contudo, como à época não possuíam recursos para se deslocarem até a cidade e pagar as taxas cartoriais, os camponeses cederam cerca de 39 hectares a João Augusto Aby-Azar, como forma de pagamento pela regularização das terras e pela execução dos trâmites cartoriais. João Augusto Aby-Azar é citado como advogado no caso, mas também como vereador de Registro entre 1948-1951, segundo a Câmara Municipal de Registro (2011).

Maria relembra que após esse acordo e quitação das dívidas iniciais, João Augusto Aby Azar começou a vender outras parcelas da propriedade:

E também tem uns "terceiros" que estão [hoje] no que é nosso. Meu avô tinha uns impostos pra pagar e como ele não tinha dinheiro [...] falou para ele [João Azar]: "você me dá uma parte eu

pago o imposto.” Aí ele vendeu o pedaço. Esse homem que pagou o imposto foi vendendo. E quando vendia pra outros eles iam aumentando [o tamanho da propriedade vendida]. E foi assim que eles pegaram quase tudo (Depoimento de Maria e Antonio, 2014).

Os inúmeros casos de revenda das terras, irregularmente apropriadas por João e outros compradores, também gerou diversos confrontos. Antonio, conta um episódio envolvendo um familiar

Um tio meu foi assassinado lá por causa desse terreno. Esse terceiro, que vendeu a terra para o último que está lá [na propriedade], foi quem matou o meu tio. E depois que este último entrou lá também, ele trouxe o mesmo cara que matou meu tio para tomar conta do terreno dele. [...] Aí um dia ele foi lá em casa, com uma espingarda cartucho 28 e ameaçou meu pai: “olha, se vocês entrarem ali eu mato vocês” (Depoimento de Maria e Antonio, 2014).

Atualmente, alguns desses “terceiros” correm com ações judiciais pedindo a usucapião de algumas propriedades irregularmente vendidas por João Azar e seus revendedores.

### **Fontes:**

CÂMARA MUNICIPAL de REGISTRO. 1ª Legislatura: 1948-1951, 2011. Disponível em <http://www.camararegistro.sp.gov.br/historia/legislaturas> . Acesso em out, 2014.

COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. Audiência Pública sobre repressão no Vale do Ribeira. Eldorado, junho, 2014.

Revista Consultor Jurídico. Ação rescisória quer reaver terras de quilombolas. 3 de maio de 2012. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2012-mai-03/acao-rescisoria-reaver-terras-quilombolas-interior-paulista> . Acesso em out., 2014.

### **O quilombo de Mandira e o discreto charme da burguesia paulistana**

Os membros da comunidade de Mandira orgulham-se ao dizer: sempre que vocês encontrarem alguém de sobrenome Mandira, saberão que é daqui, que é parente nosso. Os moradores geralmente se atrapalham ao responder se a localidade se chama Mandira por cauda deles ou se eles se chamam Mandira devido à localidade, o que prenuncia a intrínseca e sólida relação entre espaço físico e a identidade observada na

comunidade Mandira. A dimensão ontológica desta comunidade é definida quase como um prolongamento da terra, que seus membros ocupam e de onde vieram, compartilhando com ela a própria nominalidade. Este apreço pela condição de *mandirano* pode ser visto como um dos elementos responsáveis pelas consideráveis ocorrências de uniões endogâmicas na comunidade (TURATTI, 2002, p. 37).

É assim que Maria Cecília Turatti, antropóloga do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) descreve a relação quase simbiótica entre os quilombolas de Mandira e seu território. É do território que os mandiranos tiram seu sustento: a palha para os telhados das casas, as plantas medicinais para a cura física e espiritual, a água para as necessidades cotidianas, a madeira para a construção, para fogueira, e até mesmo o nome que denomina a estirpe negra da qual fazem parte. O território de Mandira, hoje reconhecidamente um quilombo, fica no município de Cananeia, porção sul do litoral de São Paulo, região do Vale do Ribeira.

Desde o século XVII a região recebeu africanos submetidos à escravidão, explorados primeiramente na atividade de mineração e, mais tarde, no cultivo do arroz. Há relatos de que desde então o local já servia como *locus* de resistência, abrigando negros sem sobrenome que se refugiavam na então chamada Serra de Mandira.

A origem territorial deste quilombo é remetida à figura de Francisco Mandira, patriarca da comunidade, oriundo de uma relação “amorosa” entre um senhor branco e sua escrava, cujo nome não se sabe ao certo (ALMEIDA, 2012). Este primeiro mandirano recebeu o território em 1868 de sua meia irmã, Celestina Benícia de Andrade, filha “legítima” de Antônio Florêncio de Andrade, a qual doou um antigo sítio, denominado Sítio Mandira, a seu meio irmão, totalizando cerca de 2.900 hectares. O contexto abolicionista, somado ao pouco interesse dos herdeiros legítimos em continuar com o negócio agrícola fez com que a terra fosse doada ao escravo bastardo.

Com a morte de Francisco Mandira, décadas depois, seus dois filhos, João Mandira e Antonio Mandira herdaram cada um metade do território. Ao primeiro coube as terras altas, no topo da serra, enquanto que ao segundo

couberam as terras baixas, situadas entre os rios Aracaú e Cambupuçava (ALMEIDA, 2012).

Antonio Mandira e seus descendentes, com o tempo, desfizeram-se de sua porção do território, enquanto que João Mandira se estabeleceu e criou raízes na porção serrana. Décadas mais tarde, Mandira se tornaria palco de uma escalada crescente de ameaçadas e assédios pela disputa da terra.

Em 1974, Amâncio Mandira, neto de João Mandira, é convencido pelos sócios paulistanos Affonso Splendore e Alúcio de Assis Buzaid a se desfazer do território, persuadindo os demais moradores para que também vendessem suas propriedades aos empresários. O Relatório Técnico Científico (RTC) produzido por Maria Cecília Turatti chega a nominar os prepostos subordinados aos empresários paulistanos: Jesuel, “um corretor de imóveis de Registro” e “um policial florestal chamado Magalhães” (TURATTI, 2002, p. 27).

Consta ainda que Amâncio Mandira quis desistir do negócio, motivado pela forte pressão dos outros mandiranos, mas os referidos intermediários lhe ameaçavam constantemente, chegando a afirmar que, caso o fizesse, “Splendore e Buzaid iriam atrás dele até no inferno” (idem).

Affonso Splendore, oriundo de uma família de médicos paulistanos, e Alúcio de Assis Buzaid, filho do então Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, através de duas empresas, a *Splendore e Associados Desenvolvimento Econômico S. C. Ltda.* e a *Trepcó Desenvolvimento Agrário Ltda.*, buscavam consolidar a aquisição de terras na região do Vale do Ribeira. A euforia imobiliária da região oferecia aos empresários paulistanos uma grande expectativa de lucros com transações desse tipo.

Diante da compra de parte das terras e da resistência de alguns mandiranos em abandonar seus territórios, Splendore e Buzaid, subta e arbitrariamente, demarcaram 56 alqueires paulistas, aleatoriamente distribuídos, e forçadamente reassentaram os moradores que se recusavam a sair de suas propriedades. Inúmeras irregularidades foram notadas neste e em etapas posteriores do procedimento cartorial, conforme descrito por Fábio Almeida:

[...] os Mandira que resistiram à venda das terras e permaneceram em seu território foram iludidos pelo processo de regularização de

suas propriedades e transformados pelo documento “Compromisso de Compra e Venda” em compradores de suas próprias terras. Os resistentes Mandiras, totalmente vulneráveis e submetidos às determinações dos especuladores só poderiam receber os alqueires referentes às suas partes se estes fossem localizados em uma das extremidades do território geral. Os novos proprietários não queriam os quilombolas habitando o meio de suas terras, por isso forçaram os que permaneceram a abandonarem suas casas, habituais áreas de plantio, os locais entre mangues e perto do rio utilizados como porto para as canoas e todos os espaços habitados [...] (ALMEIDA, 2012, p. 63-64).

Arbitrariamente, Splendore e Buzaid impuseram que os mandiranos remanescentes abandonassem suas glebas. Providenciaram, com auxílio de seus prepostos, a divisão das terras em lotes individualizados, numa conformação espacial totalmente estranha ao modo tradicional de uso e ocupação do território.

Parte dos Mandira que não se adaptaram às novas localidades - seja pelo difícil acesso ou pelas precárias condições oferecidas à caça, pesca e roçado - acabaram por se deixar o território. Alguns foram viver no bairro de Porto Cubatão, onde hoje acham-se inúmeras famílias de sobrenome Mandira.

Benedito Mandira, num depoimento a Delegacia de Polícia de Cananeia, em 3 de abril de 2004, no bojo do processo de emancipação e regularização da comunidade/território, comunicou que a procuração outorgada a Amancio Mandira, e que resultou na venda do território aos empresários paulistanos, continha ao menos duas assinaturas falsas: a sua e a de sua esposa, que sempre foi analfabeta.

A Defensoria Pública de Registro também alegou que “outros mandiranos prestaram depoimento, muitos negando [...] que haviam consentido a venda de suas terras aos réus paulistanos” (DEFENSORIA PÚBLICA DE REGISTRO, 2013, p. 31). Exames grafotécnicos posteriores confirmaram a falsidade das assinaturas atribuídas a Benedito Mandira e sua esposa, sem que, no entanto, se chegasse à autoria da fraude.

Numa petição de 18 de março de 2005, Affonso Splendore, em resposta as denúncias atribuídas à sua pessoa e à de seu sócio, acusaria de “criminosos” os denunciantes, chamando atenção para suas credenciais e “antecedentes, quer civis ou criminais, ou mesmo empresariais”, bem como advertindo sobre a influência e os relacionamentos que possuía, “os quais

não teremos dúvidas em usar para fazer valer nossa honra, nossos direitos [...]”. (DEFENSORIA PÚBLICA DE REGISTRO, 2013, p. 31-32).

Detalhe aparentemente insignificante, a postura do empresário paulista é expressiva das formas de atuação do Estado brasileiro na época, seja por atuação direta ou pela omissão diante dos processos de grilagem de terras e de violência contra as populações rurais.

Os contatos a que Splendore se referia, provavelmente, se referiam às inúmeras relações estabelecidas com influentes nomes do mundo da política. A família Buzaid, neste caso, é um forte exemplo. Tendo o filho do então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, como um dos sócios do negócio - comprovadamente fraudulento -, Splendore apela para a força de seus contatos, não só como forma de intimidar eventuais opositores, mas também como forma de se desvencilhar das ilicitudes apontadas.

O assédio e a postura fraudulenta do negócio tocado pelo filho do Ministro da Justiça e seu sócio Splendore, exemplifica os mecanismos sociais pelos quais as arbitrariedades e violências eram estimuladas na época da ditadura civil militar: conhecidos e amigos do regime, quando não nomes diretamente ligados aos centros de poder e às instituições públicas, recorriam indiscriminadamente ao uso da intimidação e da violência como forma de fazer valer seus interesses, sem que se subornassem à leis ou a direitos constitucionais de outros grupos sociais. Já que membros do Estado, a impunidade era garantida.

A ameaça, a violação de direitos e o recurso à violência como vias para efetivar o favorecimento pessoal, dirigido à parceiros políticos ou econômicos do regime, destituído de qualquer formalidade e contrapartidas sociais, são repertórios recorrentes na cultura política brasileira. O caso relatado, mais do que simples descrição de violências e violações, nos permite refletir sobre um leque variado de relações, posturas e “modos de atuação” estimulados pela própria Ditadura civil militar, sobretudo diante das populações rurais.

*Lista de Mandiranos que moravam no território na época do episódio de grilagem* (DEFENSORIA PÚBLICA DE REGISTRO, 2013):

- Arnaldo Mandira	- Benedito Mandira	- Benedita Gregório Mandira
- Angelo Mandira	- Augusta Mandira Alves	- Enrico Bernardo Coutinho
- Elza Mandira Alves	- Deflino Mandira	- Judith Mandira
- Amancio Mandira	- Maria Mandira	- Teodora Mandira
- Eugenia Mandira	- Lauro Mandira	- Maria dos Prazeres Mandira
- Rosa Miguel Mandira	- Laura Miguel Mandira	- Antonio Mandira Sobrinho
- Manria Bitencourt Mandira	- Luiz Gonzaga Mandira	- Eva Bitencourt Mandira
- Carmo Mandira	- Venina de Souza Mandira	- Tereza Mandira Bitencourt
- João Bitencourt	- Maria Egidia Mandira	- Veronica Alves da Cunha Mandira
- João Mariano	- Elpidio Mariano	- Henriqueta Mandira
- Lucio Vicente Mandira	- Santana Ribeiro Mandira	- Maria Izidia Mandira
- Andreolina Mandira Domingues	- Gonçalo Domingues	- Antonia da Silva Mandira
- Margarida Bitencourt Mandira	- Florindo Mandira	- Izoraide Mariano Mandira
- Frederico Mandira	- Maria Mateus Mandira	- Diva Bitencourt Mandira
- Cristino Mandira	- Linha Cunha Mandira	- Ambrósio Alves
- Maria Helena Mandira Cunha	- Inazareth Cunha	- Leopoldina Alves Mandira
- Vernesio Mandira	- Veronica Sergio Mandira	- Henrique Mandira
- Andrlina Bordes Mandira	- Rubens de Oliveira	- Saturnina Mandira de Oliveira

- Maria Mandira Ribeiro	- Antonio Bitencourt Ribeiro	- Maria Vicente Mandira
- Angelina Mandira	- João Elis Mandira	- Luisa de Souza Mandira
- Antonio Maximiano dos Santos	- Maria Benedita Mandira dos Santos	- Leonel Madalena Mandira
- Juracina Mandira	- Maria Mandira da Silva	- Trajano da Silva

### **Fontes:**

ALMEIDA, Fabio Guaraldo. Arqueologia da Resistência e Etnoarqueologia no Território Mandira. Município de Cananeia/SP. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, pp. 47-48.

DEFENSORIA PÚBLICA DE REGISTRO. Ação ordinária de tutela territorial quilombola por meio da declaração de inexistência de negócios Jurídicos, com pedido liminar de bloqueio de matrícula de imóvel. São Paulo, 2013.

TURATTI, Maria Cecilia Manzoli. Relatório Técnico Científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Mandira/Cananeia-SP. São Paulo: Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP), 2002, p. 37.

### **Negação de direitos: o Quilombo de São Pedro**

A atual Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Pedro nasceu em 1980, quando ainda era chamada de Associação dos Moradores do Bairro de São Pedro, município de Eldorado (ITESP, 1998). Elvira, atual presidenta da entidade, conta que o processo organizativo nasceu da intenção de “fortalecer a luta, procurar por direitos e lutar contra a violência por parte dos grileiros de terra” que então ameaçavam a comunidade (Depoimento de Elvira, em COMISSÃO DA VERDADE RUBENS PAIVA, 2014). A associação mudaria de nome anos depois, após se reconhecida pelo Instituto de Terras de São Paulo como comunidade quilombola.

Elvira afirma que em 1982, um fazendeiro passou a ameaçar a comunidade de São Pedro, assegurando ser proprietário de 1.522 hectares da propriedade quilombola. A partir de então, tiveram início inúmeros episódios de perseguições e violência contra as populações tradicionais do local. Elvira afirma que a comunidade de São Pedro já vivia ali há muitos anos quando,

[...] Silvestre, Bartolomeu, Antonio Egídio, Joaquim, Ernesto, Erpídeo e Carlos da Silva foram assassinados em 3 de julho de 1982, defendendo nossas terras. João Antônio Egídio da Silva, que era seu padrao [de Carlos] também foi baleado, só não morreu porque no momento foi levado ao pronto socorro de Pariquera e resistiu... [Depoimento de Elvira, 2014].

Elvira afirmou ainda que desde então a comunidade passou a vivenciar continuamente outros episódios de “terrorismo” dentro da comunidade. O próprio João Egídio, que sobreviveu ao atentado descrito acima, morreu tempos depois “pelo mesmo motivo” (idem).

### **Fontes:**

COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. Audiência pública sobre repressão no Vale do Ribeira. Eldorado, junho de 2014.

ITESP. Relatório Técnico científico sobre os remanescentes de quilombo de São Pedro, no Vale do Ribeira, São Paulo. 1998. Disponível em [http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC\\_Sao\\_Pedro.pdf](http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Sao_Pedro.pdf). Acesso em outubro, 2014.

## **REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO**

### **DEOPS, a repressão às Ligas e a militantes comunistas**

Com receio em relação ao ascenso do Partido Comunista Brasileiro em São Paulo, e sob uma forte pressão do então Presidente Eurico Gaspar Dutra, o Supremo Tribunal Eleitoral cancelou o registro partidário do PCB em 7 de maio de 1947. Segundo Welch (2010), Dutra teria ameaçado Adhemar de Barros com uma intervenção “a menos que ele ordenasse que sua polícia

desmantelasse o partido e seus grupos filiados, confiscando documentos e prendendo militantes” (WELCH, 2010: 145).

Em 9 de maio, a polícia invadiu o partido na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT) em Ribeirão Preto, confiscando materiais, inclusive “seis convites vermelhos para os Trabalhadores Rurais de Barrinha”, um estatuto para os “trabalhadores Assalariados Agrícolas” e dois recibos mensais da Liga Camponesa de Dumont.

Num intervalo de um dia, a polícia militar também invadiu a casa dos pais de João Guerreiro Filho, militante comunista da região. Lá também houve confisco de materiais políticos. Outros seis policiais saquearam a casa do camponês Pedro Salla, embora não tenha sido “encontrado nenhum documento” (WELCH, 2010: 145). Em entrevista, Pedro Sallas mencionou impactos da perseguição ao cotidiano familiar: “Ela [sua esposa] me repreendeu muito [...]. O trabalho me afastava demais da minha família e ela estava com medo que eu fosse preso” (Depoimento de Pedro Sallas, em WELCH, 2010).

No mesmo contexto, João Rojo, natural do município de Jaú, era ferroviário e militante do Partido Comunista Brasileiro. Foi preso em 29 de julho de 1949 acusado de comunismo. Em busca realizada em sua residência, na cidade de Pitangueiras, a polícia apreendeu boletins de propaganda considerada subversiva, jornais e cartas. No prontuário do DEOPS também consta a informação de que como militante, dedicava-se a distribuição dos impressos “Notícias de Hoje” e “a Crítica”.

Segundo o DEOPS, os materiais foram distribuídos na Fazenda Santa Vitória e na Usina São Vicente, ambos em Pitangueiras. Segundo o documento, o objeto da distribuição dos materiais era “incitar a greve entre o operariado agrícola” (SILVA, 2003: 134). Foi libertado em 9 de agosto do mesmo ano.

Já em 23 de fevereiro de 1948 João Rojo teve seu nome incluído numa relação de comunistas da região de Barretos e em uma relação de distribuidores de jornais comunistas. O prontuário do DEOPS de Barretos é 90575.

Em Serrana, a serviço do PCB, Saviero estabeleceu-se na fazenda Martinópolis, no ano de 1953 e tentou mobilizar os trabalhadores em uma

organização trabalhista. No entanto, quando estava em vias de estabelecer o sindicato, foi preso pelo DEOPS, sendo interrogado sobre a atividade “subversiva” e sua possível filiação comunista. Permaneceu preso por 2 meses, sendo liberado após o DEOPS entender que o proprietário da fazenda estava realmente fora da lei em relação aos baixos salários.

### **Fontes:**

SILVA, Emiliana Andreo da. Despertar do campo: Lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

WELCH, Clifford Andrew. A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1942-1964. 1ª edição, São Paulo. Expressão Popular, 2010.

### **Pressões e exílios.**

Dirigentes sindicais rurais de Ribeirão Preto, Cravinhos e Pontal, no dia 29 de agosto de 1979, ou viram da Subdelegada do Trabalho da região de Ribeirão Preto, Aluíza Pélicom, que a entidade não fiscalizaria o cumprimento dos acordos coletivos entre usinas e organizações sindicais.

A subdelegada do trabalho afirmou, durante reunião com os sindicatos, que o motivo da não fiscalização se dava em função da série de ameaças que estaria sofrendo dos empreiteiros da região. Segundo cálculos feitos pela Federação dos Trabalhadores Rurais (FETAESP), cerca de três mil trabalhadores seriam prejudicados.

Assim como houve pressões a funcionários, a professora da Faculdade de Serviço Social de Lins, Nobuco Kameyama foi perseguida e teve que se exilar na Bélgica, fugindo com a ajuda do Bispo Dom Pedro Paulo. A perseguição se devia ao trabalho desenvolvido por Nobuco aos trabalhadores rurais da região de Jales e Andradina, em especial os assalariados temporários da cana de açúcar.

Nobuko era assistente Social, Doutora pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris, 1978) e Professora Titular da Escola de Serviço

Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu trabalho era voltado para a organização dos trabalhadores rurais da região. Estudou Serviço Social na Faculdade de Serviço Social de Lins (SP), onde foi professora por um longo período. Foi ainda nessa cidade a primeira diretora do Instituto Paulista de Promoção Humana (IPPH), com o Pe. Augusti, onde iniciou seu trabalho social no campo da organização dos trabalhadores rurais, em especial os voltantes do corte de cana.

Em audiência à Comissão da Verdade Rubens Paiva, Maria Aparecida Trazzi Vernucci da Silva fez um relato emocionado sobre a trajetória de Nobuko Kameyama, explicando os motivos da sua perseguição por parte do regime militar:

Muito lhe devem os cortadores de cana, os sem-terra, os grupos e movimentos de mulheres, entre elas lavadeiras e empregadas domésticas. Por estar sofrendo ameaças dos militares, Dom Pedro Paulo, bispo local, enviou-a para estudar em Louvain, na Bélgica. Depois de um tempo ela se transferiu para Paris, onde concluiu seu doutorado em sociologia, estudando a mobilização e a organização dos lavradores na região de Jales e procurando entender melhor as condições de vida, de trabalho e as lutas sociais dos camponeses. Esteve presente na criação e organização do Partido dos Trabalhadores em Lins, pelo qual foi candidata a deputada estadual. Saindo de Lins, Nobuko assumiu a escola de formação política do PT em Cajamar (SP). Trabalhou na pós-graduação de Serviço Social da PUC de São Paulo e depois assumiu a pós-graduação nessa mesma área na Universidade Federal do Rio de Janeiro (COMISSÃO DA VERDADE RUBENS PAIVA, 2014).

### **Fontes:**

Entrevista à imprensa, O Diário de Ribeirão Preto, sem data mencionada (provavelmente ago/set).

Realidade Rural. Federação dos Trabalhadores da Agricultura em São Paulo. Out/1979, p. 4.

COMISSÃO DA VERDADE "RUBENS PAIVA". Audiência Pública sobre a repressão no campo. São Carlos, setembro, 2014.

### **A prisão de Celso Ibson de Syllos, Antônio Crispim da Cruz, Irineu de Moraes, Nazareno Ciavatta e Mário Bugliani**

No período pré golpe de 1964 já ocorriam perseguições as lideranças rurais de Ribeirão Preto, especialmente àquelas vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os registros sobre Irineu Luiz de Moraes, conhecido como Índio, segundo relato de Cidinha Santos “um homem alto, magro, voz forte, feições de indígena. Era inconfundível numa multidão. Tinha um jeito original de contar histórias, um sorriso largo e uma gargalhada sincera e uma personalidade forte”. Ele passa a ter contatos com militantes Comunistas em Araraquara no ano de 1933. Em 1935, é preso com esse grupo.

Na década de 1940, participou na organização da Liga Camponesas de Dumond. No início dos anos sessenta, Índio continuava junto com seus companheiros de PCB, na luta dos trabalhadores rurais, na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e urbanos pela UGT (União Geral dos Trabalhadores), sendo o homem do campo, a preferência de seu trabalho. Segundo registros Índio teria sido perseguido pelo DEOPS em 1963, sob acusação de “subversão” e de “ameaça à ordem pública” (TERRA LIVRE, 1963). A polícia estadual chegava a parar ônibus para tentar capturar o militante. Com a desarticulação e destruição das organizações políticas após o golpe de 1964. O partido passa por profunda luta interna, e Irineu com outros companheiros partem para dissidência com Carlos Marighella, na ALN (Ação Libertadora Nacional). Em 1969 foi preso e barbaramente torturado, sucedendo-se mais prisões. Ao longo de sua vida de militante, Irineu (Índio) teve aproximadamente umas 20 prisões, algumas mais longas, outras somente para declarações aos órgão de repressão. Em 1970, após ser submetido a sessões de choques, pancadas, murros e urros de dor, na Operação Bandeirante, é solto para morrer, pelo estado precário com cabeça, braços e pernas enfaixados, colocado em um vagão para o interior. Consegue chegar em Ribeirão Preto, ser operado, e salvar-se. No final da década de 1970, após sofrer um atropelamento, mesmo com dificuldades de locomoção, participou da campanha de venda de bônus para os operários em greve em 1979, no ABC.

Nazareno Ciavatta, também militante do Partido Comunista Brasileiro, outra liderança perseguida no período pré-golpe de 1964 foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto. Na

década de 1950, Ciavatta sofreu cinco processos judiciais que traduziram as perseguições por atuar junto aos trabalhadores da lavoura. Em 26 de março de 1955, o fazendeiro Quintino Facci, contando com apoio da polícia militar e civil, montam um flagrante para prisão de Nazareno, sobre acusação de agressor e baderneiro, sendo incurso na Lei de Segurança Nacional. Forma que encontraram para impedir a ação do sindicato em transmitir aos trabalhadores da lavoura seus direitos. Não conseguindo este intento, tentaram processá-lo por estelionato alegando que o sindicato não tinha existência legal. O fazendeiro interrogou e constrangeu dentro das dependências da delegacia os trabalhadores levados presos, como ameaças. Este primeiro processo lhe valeu três meses de prisão, condenado por lesões corporais e resistência, na sentença de 06 de dezembro de 1957, Concedido “sursis”, para que não fosse para cadeia. Durante o cumprimento da pena teve seus direitos políticos suspensos por cinco anos, pois Nazareno era um potencial candidato a cargo público eletivo em 1958, isto preocupava o poder local e regional.

Em 17 de maio de 1955, quando ainda se encontrava preso pelo primeiro processo, Nazareno é acusado por ser responsável pela distribuição de panfleto, onde são feitas denúncias contra autoridades e fazendeiros, em particular Quintino Facci. Em 08 de agosto de 1955, outro inquérito é montado novamente tentando incriminá-lo pela Lei de Segurança Nacional. Em 22 de Fevereiro de 1957, Nazareno é acusado novamente por estelionato, sob alegação de que o Sindicato não havia sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Este processo começa quando ele encaminha um Ofício para o Delegado de Polícia da cidade de Guará, solicitando devolução de nove carteiras de associados do sindicato e que residiam e trabalhavam em fazendas daquela cidade. Assim, no prazo de dois anos, Nazareno, respondeu por cinco processos, o que afetou sua vida familiar, de amigos e companheiros, transformando num grande transtorno. Em 01 de abril de 1964, trabalhava como furador de buracos na rua, para prefeitura municipal, foi preso e levado para o Quartel de Polícia Militar de Ribeirão Preto, passou por interrogatório, e forte pressão psicológica. Por trinta dias a família ficou sem informações de Nazareno. Não existe data de sua saída.

Mário Bugliani era outro militante constantemente ameaçado. Vinculado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pontal, era procurado por subverão e “ameaça a ordem pública”. De forma semelhante às ameaças proferidas à Irineu de Moraes, Mario Bugliani já era intimado desde março de 1963 (TERRA LIVRE, 1963).

Em maio de 1964, no pós golpe, Padre Celso Ibson de Syllos, membro da Frente Agrária Paulista, organização da Igreja Católica fortemente atuante na sindicalização dos trabalhadores rurais em alguns municípios vizinhos à Ribeirão Preto, teve de se esconder em um santuário franciscano, em Petrópolis, por três meses, por ter se colocado em oposição ao golpe. De volta à cidade de Ribeirão Preto, mesmo sem nenhum mandado, o padre foi levado à prisão e colocado junto a outros opositores (WELCH, 2010).

Antônio Crispim da Cruz, do Sindicato Trabalhadores Rurais Cravinhos, e Otávio Sampaio do STR de Batatais, também foram intimidados, todos a mando de um fazendeiro local. No caso, Crispim teve a casa invadida pela polícia:

Os militares intimidaram líderes da frente agrária, como Otávio Sampaio, de Batatais, e Antônio Crispim da Cruz, de Cravinhos, mas, no final, permitiram que continuassem a exercerem as funções de presidentes de seus respectivos sindicatos. Na verdade, se por um lado os militares destruíram a Supra, fecharam centenas de sindicatos, e forçaram os comunistas notórios a buscarem a clandestinidade, por outro eles não arrancaram totalmente as árvores do movimento camponês [...]. Nas recordações de Crispim a respeito do golpe, a legitimidade fundamental do movimento merece destaque. No dia 1º de abril, a polícia chegou a sua casa orientada por seu patrão, o proprietário da Fazenda São José de Colônia Preta. Como sua casa servia de escritório do sindicato, a polícia revirou-a, recolhendo papéis e quebrando os móveis, em busca de documentos escondidos, armas e explosivos. Eles levaram Crispim à delegacia de Ribeirão Preto, onde diversos agentes do Deops o interrogaram. Para cada acusação, ele protestava não ter feito nada de ilegal. O fazendeiro que o tinha denunciado é que havia violado a lei, ao maltratar seus empregados, pagando mal, e “até proibiu o padre de entrar na fazenda pra socorrer uma família lá que estava passando fome”. Nas memórias de Crispim, essa acusação transformou a polícia de inquisidores em advogados. “O capitão do exército pegou e perguntou para ele se era verdade tudo que eu estava dizendo, ele pegou e disse: Infelizmente é verdade”. Aparentemente, a polícia considerou as acusações de Crispim emocionantes e legítimas, porque, algumas horas depois, ele foi liberado para ir para casa (Welch, 2010, p.414).

O caso mostra não só a virada da polícia local após o relato de Crispim relação aos verdadeiros culpados pelos conflitos, mas também a forma pela qual a relação entre expoentes fazendeiros e organizações policiais de davam. No caso de Crispim e Padre Celso Ibson de Syllos, as prisões eram feitas tendo como suporte a indicação de fazendeiros.

### **Fontes:**

SANTOS, Maria Aparecida dos , Irineu Luiz de Moraes ou Irineu de Moraes, breve notas. Texto inédito.

WELCH, Clifford Andrew. A semente foi plantada. Expressão Popular. São Paulo 2010.

TERRA LIVRE. Ribeirão preto: líder camponês Irineu de Moraes ameaçado de prisão. Março, 1963.

TRIBUNA DE RIBEIRÃO, Entrevista com Claudinei Nacarato, 07 dezembro, 1996.

### **Assassinato e perseguição: o conflito social de Guariba**

Em julho de 1983, as usinas da Região de Guariba modificaram o sistema de trabalho no eito dos canaviais. Até então, cada trabalhador recebia cinco ruas para cortar, devendo amontoar a cana na rua do meio. Com as modificações propostas pelos usineiros, eles passaram a receber sete ruas, o que significava ter que andar mais três metros com a cana cortada nos braços para poder soltá-la (BARONE, 1999). Isso diminuiu a produtividade de seu trabalho e, conseqüentemente, tornava o trabalho ainda mais exaustivo, além de reduzir o rendimento ao final da jornada.

Diversos atores, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sindicatos de trabalhadores rurais, lideranças de partidos políticos questionaram o sistema de sete ruas e fizeram a denúncia publicamente. “A partir dessas articulações, surgiram as 14 reivindicações que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região tentavam negociar com os patrões, pelo menos noventa dias antes da revolta de 15 de maio de 1984”. (PENTEADO, 1995, p. 41). Eram comuns que estes atores fossem frequentemente

proibidos de entrar nas fazendas para fiscalizar as medições do corte. Um dos mediadores locais, num relato, descreve o clima de ameaça constante aos trabalhadores que optavam por reivindicar melhores nas condições de trabalho:

No alojamento, o trabalhador não tem liberdade nenhuma. [...] Um dia que estava em Guariba, um colega meu disse que a Usina tinha ameaçado mandar ele embora porque ele tinha entrado em contato com a gente, conversado com a gente e que é proibido até parente entrar no alojamento. A gente fica igual que numa senzala na época da escravidão. Trabalhador tá no cativeiro ainda (NOVAES e ALVES, 2001).

Não bastasse a exploração e a privação de liberdade, houve um outro fato que de alguma forma resultou no estopim da greve de 1984: uma mudança no cálculo da taxa de água e esgoto por parte da SABESP (Saneamento Básico do Estado de São Paulo). A cota de consumo para a cobrança da tarifa mínima foi aumentada, o que fez com as contas de água tivessem aumento enorme. Como afirma Barone (1999), tal situação levou a disparates nas contas de água de uma população que iniciava a safra de 1984 certa de que já estava sendo lesada com a implantação do novo sistema de corte de cana. Com essas mudanças, conforme a grande imprensa da época, um trabalhador do corte da cana gastava cerca de 40% do seu salário pagando contas de água. Somava-se ainda a isso, a questão do transporte precário a que eram submetidos os trabalhadores, em carrocerias de caminhões conhecidos como “pau de arara”.

No dia 14 de maio, 17 turmas de cortadores de cana interromperam o trabalho nas fazendas da Usina São Martinho. Em 15 de maio de 1984, os trabalhadores fecharam as principais saídas da cidade com piquetes impedindo a passagem de caminhões com os bóias-frias que iriam para as fazendas das Usinas Santa Adélia, São Carlos, Bomfim e Santa Luzia, além da São Martinho. No mesmo dia, o escritório da SABESP foi queimado pelos trabalhadores revoltados.

O amanhencer da quarta-feira revelou o clima tenso que ainda pairava no cotidiano dos cidadãos guaribenses. As casas comerciais permaneceram com suas portas fechadas, havia perspectiva de faltar alimentos, principalmente nas casas dos trabalhadores. Os piquetes aconteceram por todos os cantos da

cidade, ainda fortemente patrulhada pela milícia. (PENTEADO, 1995, p. 44, grifo nosso).

Por volta das 11 horas daquela manhã, duzentos homens do Batalhão de Choque da Polícia Militar, vindos de Araraquara, iniciaram a repressão. A Folha de São Paulo em 16 de maio de 1984 relatou o seguinte ocorrido:

Um grupo entre 150 e 200 policiais foi enviado dos municípios vizinhos (Ribeirão Preto, Araraquara, Bebedouro, Jaboticabal e outras). Quando tudo estava tranquilo, o grupo comandado pelo Major Fábio (de Araraquara), atacou com bombas e tiros, causando ferimentos e morte de um espectador. o Secretário de segurança pública de SP, Michel Temer, afirmou que manterá as tropas na cidade para evitar novas ações dos trabalhadores. O comandante do policiamento do interior, Coronel PM Bonifácio Gonçalves, afirmou que as tropas não teriam sacado suas armas.

Conforme depoimento de Francisco Alves em audiência para o Grupo de Trabalho da Comissão Estadual da Verdade, os usineiros responderam à greve associando-se a uma empresa de nome Imagem, responsável pela publicidade do setor. Essa empresa entrou em contato com o então governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro e estabeleceu acordo para pagamento de serviço extra aos batalhões da polícia militar com vistas à repressão da greve. Os usineiros teriam pago soldo extra, bem como alimentação e alojamento para que os batalhões pudessem reprimir como milícia armada dos usineiros qualquer foco grevista. Esse uso da polícia militar para fins privado e de repressão se repetiu também no ano de 1985, 1986, quando ondas grevistas se repetiram no interior do Estado (Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, 2014).

Após cinco horas de levante, a revolta do dia 15 foi contida, totalizando trinta pessoas feridas (sendo quatoze à bala) e uma morta. A ocupação de Guariba pela polícia militar resultou na morte de Amaral Vaz Meloni com um tiro na cabeça. Meloni era um metalúrgico aposentado de sessenta anos que observava e apoiava os trabalhadores piqueteiros. O processo judicial instaurado sobre o homicídio até hoje não foi localizado (MENDES, 1999). Nele é apresentada denúncia da SABESP e de Cláudio Amorim, referente a destruição da autarquia e saque do supermercado, respectivamente. É possível que conste neste processo os inquéritos policiais com a denúncia de

homicídio. Uma vez que os arquivados na delegacia da cidade, segundo relato do atual delegado de Guariba, foram destruídos em incêndio provocado em rebelião na cadeia, no início da década de 1990. Pesquisas realizadas no primeiro semestre de 2014, no Fórum da Comarca de Guariba, apontaram que no livro Registros de Feitos (17.01.1978 a 19.12.1990), o Processo Judicial no qual consta o Inquérito Policial aberto em 18 de junho de 1984, foi encaminhado para Justiça Federal. Em setembro tentou -se peticionar o desarquivamento do processo, porém a recusa do distribuidor gerou o posicionamento da Vara Penal, pela emissão da Certidão de Objeto e Pé, pronunciando-se que o processo da Greve de Guariba ainda está em curso em Brasília, sem especificar em qual Tribunal Federal. (ARONI, 2014)

Além da repressão aos piquetes realizados pelos trabalhadores, Francisco Alves contou que os batalhões da polícia se dirigiram aos bairros onde residiam os bóia-frias, espancando diversas famílias dentro de suas próprias casas. O trabalhador Domingos Dias Bicalho, por exemplo, foi espancado por cinco policiais. No documentário Guariba 84 (NOVAES e ALVEZ, 2001) é possível ver cenas de pessoas sendo espancadas por policiais, casas sendo invadidas por eles e moradores sendo espancados dentro das próprias casas: “A polícia chegou dentro de casa. Mas foi uma chuva de couro em quem tava dormindo. [...] Bateram em todo mundo. Até rapaizinho que era de menor apanhou no dia. (idem)”.

Nos dias que se seguiram, dez mil trabalhadores em Guariba se mantiveram em greve.

Ao longo da década de 1980 milhares de trabalhadores rurais de toda a região se mobilizaram, fazendo novas exigências e pedindo o cumprimento de antigos acordos. Em 1987, por exemplo, mais de cem mil trabalhadores de 42 municípios entraram em greve. Eles deixaram claro que, na nova era democrática, os trabalhadores volantes de São Paulo esperavam tratamento igual àquele dispensado aos trabalhadores rurais permanentes, mostrando a sua determinação em definir a democracia como a rejeição da condição de marginalidade a que a ditadura militar os havia condenado (Welch, 2010).

O padre José Domingos Bragheto, à época membro da CPT de Jaboticabal, relata ameaças vivenciadas durante os conflitos de Guariba:

Eu, pessoalmente não estava lá em Guariba no dia da eclosão do movimento [...]. Ao ser informado pelo secretário da CPT a respeito da eclosão da greve, rumei para Guariba chegando no dia seguinte. O clima ainda era muito tenso (...). A repressão que já agira no dia da greve (...), ameaçavam com voos rasantes de helicóptero junto à assembleia dos trabalhadores. O clima era aterrador e de revolta. A imprensa oficial notadamente de direita, como revista VEJA e o jornal O Estado de São Paulo, conspiravam contra os trabalhadores e colocavam a culpa em mim pelos acontecimentos, o que me deixou muito aborrecido, pois procuravam deslegitimar a classe trabalhadora, como sendo incapaz de agir por conta própria. Nos piquetes da greve, que durou dias é que a repressão se fez sentir mais forte pela Polícia Militar. Vários batalhões foram direcionados a Guariba, que praticamente ficou sitiada. No bairro chamado "João de Barro", sofremos a repressão forte. A PM com sua tropa de choque avançou sobre os trabalhadores, que dispersaram. Como eu estava junto levei uma surra forte e fiquei alquebrado no chão. Não contentes, a tropa avançou sobre as casas dos trabalhadores e bateu neles dentro de suas próprias casas, num flagrante abuso dos direitos humanos. Vários ficaram feridos. Tive que me refugiar na sede do sindicato em meio aos gases das bombas de efeito moral [...]. No entanto, o acordo foi alcançado (BRAGHETO, 2014).

Na esteira da greve de Guariba, também em 1985 vários trabalhadores da Região de Ribeirão Preto entraram em greve por direitos, como por exemplo, 100 mil apanhadores de laranja de Bebedouro. Lá também a repressão se fez sentir, como apontou Bragheto.

Num dos piquetes a noite, a tropa de choque investiu contra eles e os dispersou. Nesta noite fui cercado pela PM, recebi além de uma cacetada na cabeça, a voz de prisão. Detido, fui levado para a delegacia de Bebedouro. A Diocese de Jaboticabal, na pessoa do bispo D. Luiz Eugenio Perez (já falecido), enviou no dia seguinte um advogado que conseguiu me liberar. Mas a repressão não terminou. Em Pitangueiras durante essa greve, os trabalhadores eram presos na rua e nos bares, indiscriminadamente. Até mulheres boias-frias apanhavam da Polícia militar. A cidade também ficou sitiada.

Em Audiência da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, 12.11.2014, em Ribeirão Preto, Padre Bragueto relatou sua posição de fundar sindicatos de luta pelos trabalhadores, os quais sofreram infiltração de policiais, que culminou em sua prisão ao dar apoio aos piquetes. Além de suas atuações posteriores as greves de Barrinha, em 1985, quando passou a sofrer ameaças de morte pelo setor patronal e de ex-sindicalistas, o que levaram ao auto-exílio.

### **Fontes:**

ARONI, Rafael. A greve de Guariba (1984) no imaginário sociológico de estudantes secundaristas, Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v.3, n.3, prelo.

BARONE, Luis Antonio. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos boias-frias de Guariba. Em: Retratos de Assentamentos. Ano 5, nº 7, 1999.

BRAGHETO, José Domingos. Depoimento à Comissão da Verdade Rubens Paiva, 2014.

COMISSÃO DA VERDADE "RUBENS PAIVA". Audiência Pública sobre a repressão no campo. São Carlos, setembro, 2014.

NOVARES, Roberto e ALVES, Francisco. Guariba 1984. Universidade Federal de São Carlos, 2001. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3aLBbG6ilqI>. Acesso em novembro de 2014.

PENTEADO, Maria Antonieta. Estratégia da fome: trabalhadores e trabalhadoras da cana, maio de 1984. Dissertação de Mestrado, Campinas, SP, 1995. 232pp.

WELCH, Clifford Andrew. A semente foi plantada. Expressão Popular. São Paulo 2010.

## **REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

### **Negação de direitos nos investimentos públicos: a inundação de Natividade da Serra**

Este relato retrata fatos ligados à construção de grandes obras durante a ditadura militar, a ação autoritária do Estado Brasileiro e de seus entes federados, bem como o agravante de naquele período da História do país não existir a obrigatoriedade de se realizar estudos de impactos ambientais, ou seja, além de reprimidas, as populações impactadas não tiveram direito a nada.

O caso de Natividade da Serra é emblemático porque à época da obra houve um consenso entre os ditadores, seus nomeados no Estado, a

sociedade estadual e da região em torno do empreendimento. Este quadro deixou a cidade de Natividade ainda mais isolada.

Nos planos governamentais a proposta era que a cidade, localizada na região da Serra do Mar do Vale do Paraíba paulista, simplesmente deixasse de existir. Isto só não ocorreu porque a população e o poder local decidiram ao seu modo resistir e construir a nova cidade à revelia das autoridades.

O caso nunca foi tratado sobre o ponto de vista da reparação dos diferentes direitos usurpados, tampouco das compensações para apoiar a reorganização da vida das pessoas afetadas e a retomada do desenvolvimento do município. A estimativa é que aproximadamente 5 mil pessoas (nas zonas rural e urbana) tenham sido afetadas.

A construção de grandes obras, nos anos 70, constituíram-se em um marco histórico no qual, na maioria das vezes, acentuou as disparidades econômicas e sociais existentes. A construção de usinas hidrelétricas resultou, até 1995, em mais de 29.000 km<sup>2</sup> de terras inundadas e, na expulsão ou deslocamento de cerca de 200 mil famílias, em sua maioria ribeirinhos, indígenas e agricultores. Esta população, na maioria das vezes, contou com pouca ou nenhuma capacidade de reação frente aos prejuízos ocasionados (Ab'Saber, 1998; Bermam, 1995).

A construção da Represa de Paraibuna é mais um exemplo de como se justificam os grandes projetos. Para os que apoiavam a obra ela representava a criação de empregos e progresso, mas para os moradores de Natividade da Serra essas eram uma "abstração", pois trouxe apenas a inundação de sua cidade, a migração forçada e a perda de suas melhores terras sem gerar nenhum benefício. Os estudos e documentos das consultorias que projetaram a obra deste reservatório referiam-se à região como se esta fosse um território despovoado, a alusão ao município de Natividade foi quanto à necessidade de deslocamento de sua população já que estas terras seriam inundadas.

Para reconstituir este episódio foi necessária a realização de entrevistas com a população local, pois naquele período, esta questão não repercutiu na imprensa que, além da censura, estava a favor da obra. As represas de Paraibuna e Paraitinga, juntamente com outras quatro, faziam parte do plano para a regularização da vazão e controle de enchentes no rio

Paraíba do Sul. Também, acreditava-se que, além de gerar energia elétrica, ali surgiria um polo industrial e agropecuário, com o aproveitamento das várzeas para a produção através da agricultura irrigada.

Em 1964 começaram as obras de construção da represa. Porém, em 1966 elas são interrompidas por um ato do general Castelo Branco que revogou o decreto que permitia a derivação de água dos rios Paraibuna e Paraitinga. Pelo visto, esta intervenção foi para desobrigar a Light de construir uma represa, em Barra do Piraí, para armazenar água e garantir as transferências realizadas do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu (Folha de São Paulo, 27/04/1966).

Esta iniciativa, pelo que foi possível concluir, deveu-se ao fato da Light, concessionária de energia, ter sido uma aliada histórica dos governos autoritários e apoiadora do Golpe Militar de 1964 . O argumento do governo federal foi que não era da alçada da Light o plano de regularização da vazão do rio Paraíba do Sul, cujas obras estavam em andamento (Diário Oficial, 04/05/1966).

Apesar do apego à terra e o rechaço à possibilidade de ver sua cidade representada por "um ponto em branco no mapa" não foram registrados movimentos coletivos de resistência (Folha de São Paulo, 27/04/1966). Segundo depoimento do vereador José Benedito, Natividade da Serra não desapareceu do mapa porque seus habitantes não permitiram, pois esta era a vontade do governo estadual e da CESP. O então Governador Laudo Natel primeiramente negou-se a ajudar a construção da nova cidade, mas a partir da iniciativa do prefeito, Otacílio Fernandes da Silva, em desapropriar terras para construir a nova cidade o Estado financiou a construção da nova escola municipal e da nova agência do Banespa, os únicos investimentos realizados pelo Estado naquele período (A Tribuna, 18/01/74).

Em janeiro de 1974 a cidade foi realocada depois de uma forte chuva que provocou uma enchente na cidade velha, deixando dezenas de famílias desalojadas (A Tribuna, 17 e 20 /01/74). Segundo Ana de Faria, ex-funcionária da prefeitura, os últimos momentos foram de angústia e tensão:

A gente não tinha noção do que iria acontecer, não pudemos documentar nada sobre a antiga cidade. Apareciam pessoas acompanhadas dos funcionários da CESP, dizendo-se funcionários

do patrimônio histórico e carregavam portas, grades, tudo que parecia ter valor histórico. A gente não sabia o que falar [...]. Em 1973, o governo do Estado avisou pela primeira vez que a cidade iria ser inundada e que seriam feitas as desapropriações. Era um monte de advogados, e na época teve muita gente que nem foi indenizada [...] a inundação ocorreu em 1974 e foi tudo muito rápido, não houve reação por parte da população, já em Paraibuna isto ocorreu. A prefeitura aprovou legalizou a doação dos terrenos. Não acreditávamos que a cidade iria ser reerguida, o trabalho foi árduo. A prefeitura e a população não possuíam recursos para a obra [...] a tromba d'água que inundou a cidade velha obrigou as pessoas a mudarem para as casas inacabadas. Moramos seis meses sem luz e água. A água e o esgoto foram obra dos moradores e da prefeitura [...] não havia casas, não havia transporte, não haviam recursos e a CESP queria que as pessoas mudassem à força e deixassem seus pertences. Para as pessoas mais simples a empresa ameaçava atear fogo nas residências, por fim cederam e ajudaram na mudança (ALY JÚNIOR, 2000).

O depoimento da Sra Ana de Faria representa o sentimento que a maioria das pessoas do núcleo urbano viveu e é distinto dos que vivem na zona rural. Para estes, a zona rural foi a parte do município onde o estrago da inundação das terras foi irreparável. Os prejuízos foram muitos: a perda das melhores terras, a perda de vizinhos, a regressão econômica e a migração.

Enquanto na sede do município a busca de construir a nova cidade foi uma atividade que envolveu todos os moradores, na zona rural essa alternativa não existiu, a busca de alternativas ocorreu de forma individualizada. Não existiam áreas onde os agricultores desalojados pudessem ser reassentados e reconstruir suas vidas. Os valores das indenizações não permitiram a compra de terra no próprio município e favoreceu o êxodo e muitos agricultores não possuíam títulos de suas terras, isso reduziu ainda mais o valor recebido. Não houve o mínimo apoio para ajudar a reorganização da produção agropecuária do município.

A inundação das terras mais planas e férteis aumentou o isolamento dos bairros e a distância da sede do município dando início a um processo centrífugo nas relações locais e desorganizou a base social e cultural da vida no meio rural. Natividade perdeu 14% do total do seu território, a maioria das suas terras baixas foram inundadas (A Tribuna, 21/12/73; CESP, 1992).

Entre 1960 a 1980, os dados demográficos acusam uma queda de mais de 4 mil habitantes. Nesse período mais da metade da população saiu do campo, o que permite afirmar que a represa acelerou o êxodo rural. A

queda no total da população foi de 3,2%, 11,4% e 31%, respectivamente nas décadas de 50, 60 e 70, reduzindo para 6,1% na de 80.

TABELA 1- Análises Sócio-Econômicas - Censos Agropecuários 1940-1998

Município	População	1960	1970	1980	1991	1998
Natividade da Serra	Total	11.335	10.039	6.934	6.466	6.892
	Urbana	1.170	1.405	1.940	2.250	3.020
	Rural	10.165	8.634	4.991	4.207	3.872

Fontes: IBGE 1960, 1970, 1980; FSEADE, acesso em 2000;

Considera-se que devem ser feitas para reparar os danos morais, econômicos, culturais e sócias sofridos pela população afetada e pelo município de Natividade. Existe, ainda, um passivo ambiental e social a ser mitigado pela CESP, Governo Federal, governos de São Paulo e Rio de Janeiro e a Light.

**Fontes:**

MÜLLER-PLATENBER, C.; AB'SABER, A. N. Previsão de Impactos, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ALY JUNIOR, O. Políticas Ambientais e Desenvolvimento Local Sustentável: o caso de Natividade da Serra. SP: USP: PROCAM, Dissertação de mestrado, 2000.

BERMAM, C. Reassentamento e auto-gestão- um estudo de caso: a barragem de Itá no sul do Brasil. Conferência Internacional "Hidropower into the next century: potential, opportunities, challenges". Espanha: Madri, 1995 (mimeo).

IBGE. Censo Populacional. RJ:FIBGE, 1960, 1970 e 1980.

FUNDAÇÃO SEADE. Dados municipais do estado de São Paulo. SP: Seade, [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)

FOLHA DE SÃO PAULO, 27/04/1966.

A TRIBUNA. SP: Taubaté, 17,18 e 20 de janeiro de 1994.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1966.

## REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

### Internamento manicomial de Antonio Galdino Jacinto

Aparecido Galdino Jacinto liderou um movimento de caráter messiânico contra a construção de uma barragem que desalojaria diversas famílias da região de Santa Fé do Sul em São Paulo. De acordo com reportagem de Ricardo Carvalho, publicada na Folha de São Paulo em 1979, Galdino, nos anos 1950, era proprietário de uma pequena área em uma região de intensos conflitos fundiários. José de Souza Martins aponta que era uma espécie de guarda-costas de Jôfre Corrêa Netto, principal liderança da *revolta do arranca capim*, no final dos anos 50. Mas, segundo entrevista realizada em 1999, Galdino era capataz dos jagunços que trabalhavam para o principal fazendeiro da região para extinguir o movimento de Jôfre.

Posteriormente parece ter se tornado boiadeiro, viveu em Goiás e quando voltou a sua região, tornou-se benzedor. Sua casa recebia muita gente em busca de benção e melhorias de saúde. Tornou-se na sequência um pregador, exortando os camponeses da região a não pagar impostos, porque a terra era dom de Deus. Ficou preso por três meses em Santa Fé do Sul e, depois de liberto, voltou a benzer.

Nesse momento, circulou a notícia de que Rubineia, cidade próxima de Santa Fé, seria inundada. Nesse momento, Galdino formou um “Exército da Salvação”, composto por 16 pessoas, duas mulheres, alguns menores, alguns idosos. Segundo José de Souza Martins, passou a condenar as barragens construídas no rio que separa São Paulo de Mato Grosso, porque tiravam a liberdade dos peixes, impedindo a piracema e a sua reprodução.

Segundo matéria de Ricardo Carvalho, na Folha de São Paulo de 14/01/1979, em 01/12/1970, um destacamento de 17 homens o prendeu na capela onde rezava, bem como os que estavam com ele. Estes foram soltos depois, mas Galdino não. Perguntado sobre o que estava fazendo, respondeu que estava rezando. Segundo as palavras de Galdino, na matéria de Carvalho, “ele então me pegou pelo cabelo e saiu arrastando e juntou uns

soldados, dando pancada, então o sargento trupicou e caiu e eu caí por cima do sargento. Depois eles me puseram algema”.

Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, ficou preso, segundo Martins, acusado de curandeirismo e prática ilegal da medicina. Foi defendido gratuitamente por um advogado local, Dr. Alcides Silva, que apoiou sua defesa, como narra Martins, em estudos sociológicos sobre messianismo e milenarismo, em particular em casos ocorridos no Brasil. Galdino foi absolvido, mas o promotor apelou para a Justiça Militar, pois entendia que ele era subversivo.

Foi transferido para São Paulo, como preso político e aguardou a decisão da Justiça Militar. De acordo com Martins, o então delegado Fleury aconselhou os juízes a declararem Galdino louco, mandá-lo para o Manicômio Judiciário. O mesmo sociólogo afirma que os juízes convocaram dois peritos do Manicômio, que declararam Galdino esquizofrênico paranóide. Embora ele tivesse direito a uma contra-perícia, isso não ocorreu.

Segundo Tavoraro, Galdino reconheceu a fotografia de vários militantes de esquerda que haviam desaparecido como estando no manicômio junto com ele.

Martins fez a denúncia do caso no final dos anos 1970, num grande ato público que tinha como tema os direitos humanos, organizado pelo Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. O caso foi assumido pela Comissão de Justiça e Paz.

Depois de liberto, voltou para Santa Fé do Sul, onde o prefeito, do MDB, partido de oposição ao regime militar, lhe deu o emprego de jardineiro da Prefeitura, para que pudesse sobreviver.

### **Fontes:**

CARVALHO, Ricardo. Matéria publicada na *Folha de São Paulo*, em 14/01/1979.

LOPREATO, Cristina Roquete. *Milagres da Fé*. Campinas: Editora da Unicamp.

MARTINS, José de Souza. Artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 15/11/2004, p. 04.

TAVOLARO, Douglas. *A casa do delírio: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

WELCH, Clifford A. *Jôfre Corrêa Netto, capitão camponês (1921 a 2002)*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

## **REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA**

### **O caso do Quilombo de Porto Velho**

Em 1969, o governo do Estado de São Paulo, através da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI), dá início a titulação de uma série de propriedades em diversos municípios do Vale do Ribeira, dentre eles Iporanga. O processo se deu em função do crescente interesse imobiliário na região e, de certa forma, acabou também por reforçá-lo.

Patrícia Scalli, descreve no Relatório Técnico Científico (RTC) da comunidade quilombola de Porto Velho, elaborado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) em 2003, que alguns moradores da região teriam sido ameaçados, naquela época, por pretensos compradores, inclusive com episódios envolvendo a expulsão violenta e armada dos proprietários originais (SCALLI, 2003, p. 36).

Benedito Barbosa de Andrade era um dos pretensos proprietários que alegavam ter a posse do território. Desde o início da década de 1960, Benedito já se apossava das terras de Porto Velho e convencia os trabalhadores de que poderiam permanecer no local desde que trabalhassem em seu favor. Os trabalhadores chegaram a plantar cana de açúcar para a produção de melaço, que por sua vez, “era comercializado por Barbosa” (SCALLI, 2003, p. 37). Ainda segundo Patrícia Scalli, Barbosa

[...] pagava os membros da comunidade de Porto Velho como e quanto queria, sem que os mesmos pudessem questionar o valor pago pelo produto que havia sido vendido. Eles eram parceiros na fábrica [de melaço], e por serem analfabetos não sabiam o que assinavam, e qual o valor em espécie (dinheiro) que recebiam por cada safra (SCALLI, 2003, p. 37).

Barbosa se apropriava indevidamente do território, já historicamente ocupado por descendentes de escravos, indígenas e trabalhadores libertos da região. Alguns moradores de Porto Velho portavam títulos de propriedade, mas todo o processo foi ignorado (SCALLI, 2003, p. 36).

Ainda que a documentação que comprovasse a posse do imóvel por parte de Barbosa não constasse no projeto de regularização empreendido pelo PPI (SCALLI, 2003), este permaneceu durante décadas em Porto Velho expulsando os pequenos proprietários por meios violentos. Osvaldo, uma atual liderança do quilombo, conta que este foi o caso de sua família e de outros moradores da localidade, que foram expulsos da terra em 1984, através de prepostos de Barbosa.

Na década de 1990, em função de uma cheia do Rio Ribeira e da destruição de algumas das casas dos quilombolas, Barbosa teria se aproveitado e impedido a (re)construção das moradias. Em função das constantes táticas de expulsão, o quilombo de Porto Velho “chegou a ter 9 famílias”, sendo que já fora ocupado por cerca “de 7 a 8 núcleos de moradores, com famílias que iam desde Porto Velho até Bombas...” (Depoimento de Osvaldo, 2014) .

Se não bastasse o caso específico entre o moradores originais e grileiro Barbosa, Osvaldo também oferece o nome de outros pretensos proprietários que, de acordo com a titulação da PPI, também reivindicavam a posse do território quilombola:

[...] eu tive a sorte de em 2002, quando foi fundada a associação, [quando] foi buscado o relatório científico da comunidade, [de perceber] que essas terras, onde meus avós viveram, meus ancestrais, [iam] desde Porto Velho até a divisa com o Paraná. [Elas eram] tituladas em nome de “Dr Eununcio”, “Dr. Manuel”, “pesquisadores de minério”.. Quando nós fomos levantar, na verdade, os territórios dos meus avós estavam titulados no nome desses caras que nós nunca sabíamos que existiam (Depoimento de Osvaldo, em COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”, 2014).

O episódio nos mostra não só as táticas de expulsão e repressão das comunidades e proprietários originais, mas principalmente as lacunas que o processo de regularização de propriedades teve durante os governos militares. São inúmeros os casos de apropriação ilícita de terras, de pretensos donos e escrituras sobrepostas para uma mesma região.

**Fontes:**

COMISSÃO DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. Audiência Pública. Eldorado, 14 de junho de 2014.

SCALLI, Patrícia. Relatório Técnico Científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de porto velho/ Iporanga, São Paulo. ITESP, julho de 2003. Disponível em [http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC\\_Porto\\_Velho.pdf](http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Porto_Velho.pdf), acesso em agosto de 2014.